

HAGAR ESPANHA GOMES
MARIA LUIZA DE ALMEIDA CAMPOS
LINAIR MARIA CAMPOS
TATIANA DE ALMEIDA



TERMINOLOGIA

CONTRIBUIÇÕES DE EUGEN WÜSTER (1898-1977)
E DE SEUS COMENTADORES



Editora
Ibict

TERMINOLOGIA

CONTRIBUIÇÕES DE EUGEN WÜSTER (1898-1977)
E DE SEUS COMENTADORES

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho
Vice-Presidente da República

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Luciana Santos
Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Tiago Emmanuel Nunes Braga
Diretor

Carlos André Amaral de Freitas
Coordenador de Administração - COADM

Ricardo Medeiros Pimenta
Coordenador de Ensino e Pesquisa em Informação para a Ciência e Tecnologia
- COEPI

Henrique Denes Hilgenberg Fernandes
Coordenador de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - COPAV

Cecília Leite Oliveira
Coordenador Geral de Informação Tecnológica e Informação para a Sociedade
- CGIT

Washington Luís Ribeiro de Carvalho Segundo
Coordenador Geral de Informação Científica e Técnica - CGIC

Hugo Valadares Siqueira
Coordenador Geral de Tecnologias de Informação e Informática - CGTI

Milton Shintaku
Coordenador de Tecnologias para Informação - COTEC

Hagar Espanha Gomes
Maria Luiza de Almeida Campos
Linair Maria Campos
Tatiana de Almeida

TERMINOLOGIA

CONTRIBUIÇÕES DE EUGEN WÜSTER (1898-1977)
E DE SEUS COMENTADORES

Brasília
 Editora
Ibict
2024



Esta obra é licenciada sob uma licença *creative commons* - atribuição CC BY-NC-ND 4.0, sendo permitida a reprodução parcial ou total, desde que mencionada a fonte, de uso não comercial e sem derivações.

CONSELHO EDITORIAL

Gustavo Silva Saldanha | Milton Shintaku | Luana Sales
Franciele Garcês | Leyde Klébia Rodrigues da Silva | Stella Moreira Dourado | Daniel Strauch

COMITÊ EDITORIAL

Tiago Braga	Milton Shintaku
Henrique Denes	Cecília Leite Oliveira
Ricardo Pimenta	Leda Cardoso Sampson Pinto
Carlos André Amaral de Freitas	Marcel Souza
Hugo Valadares	Washington Segundo
Alexandre Oliveira	Ana Carolina Simionato Arakaki

COMITÊ CIENTÍFICO

Ania Rosa Hernández Quintana – Universidad de La Habana, Cuba
Fernanda do Valle – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Unirio, Brasil
María Arminda Damus – Universidad Nacional de Misiones, Argentina
Martha Sabelli – Universidad de La Republica - Uruguai
Natalia Duque Cardona – Universidad de Antioquia, Colômbia
Vinícios Meneses – Universidade Federal de Sergipe, UFS, Brasil
Gercina Angela Borem de Oliveira Lima – Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Joice Cleide Cardoso Ennes de Souza – Universidade Federal Fluminense, Brasil
Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Nilson Theobald Barbosa – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Rosana Portugal Tavares De Moraes - Universidade Federal Fluminense, Brasil

EQUIPE TÉCNICA

Revisão linguística	Nathália Romeiro; Rosali Fernandez de Souza
Diagramação	Franciéle Garcês; Dirnéle Garcez
Normalização	Franciéle Garcês
Revisão	Stella Dourado; Daniel Strauch
Capa	Franciéle Garcês

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G633t

Gomes, Hagar Espanha

Terminologia: contribuições de Eugen Wüster (1898-1977) e de seus comentadores / Hagar Espanha Gomes, Maria Luíza de Almeida Campos, Linair Maria Campos, Tatiana de Almeida. - Rio de Janeiro: Editora Ibiect, 2024.

140 p.

Inclui Bibliografia.

Disponível em: <https://editora.ibiect.br/>

ISBN Digital: 978-85-7013-188-1 (digital)

ISBN Físico: 978-85-7013-187-4 (impresso)

1. Ciência da Informação 2. Organização do Conhecimento 3. Teoria Geral da Terminologia. 4. Eugen Wüster (1898-1977). I. Campos, Maria Luíza de Almeida. II. Campos, Linair Maria. III. Almeida, Tatiana de. IV. Título.

CDU 025.4

CDD 025.4

Biblioteca: Stella Dourado - CRB 5/2013

Como citar: GOMES, Hagar Espanha; CAMPOS, Maria Luíza de Almeida; CAMPOS, Linair Maria; ALMEIDA, Tatiana de. **Terminologia**: contribuições de Eugen Wüster (1898-1977) e de seus comentadores. Brasília, DF: Editora IBICT, 2024. DOI: 10.22477/9788570131881

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia ou do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Endereço: Ibict – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 06, Bloco H – 5o andar
CEP: 70.070-912 - Brasília, DF

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 11

Luana Farias Sales

CAPÍTULO 1 15

TERMINOLOGIA: CONTRIBUIÇÕES DE EUGEN WÜSTER (1898-1977) E DE SEUS COMENTADORES

CONSIDERAÇÕES INICIAIS 16

EUGEN WÜSTER E A TEORIA GERAL DA TERMINOLOGIA 23

QUEM FOI EUGEN WÜSTER?.....23

TEORIA GERAL DA TERMINOLOGIA.....28

CAPÍTULO 2 39

PRINCÍPIOS DA TEORIA GERAL DA TERMINOLOGIA

CONCEITO E SISTEMA DE CONCEITOS.....42

Visão sistêmica.....42

Conceito e sua formação.....45

CARACTERÍSTICAS E FORMAÇÃO DO SISTEMA DE CONCEITOS.....47

RELACIONAMENTOS	50
<i>Relacionamento lógico</i>	51
<i>Relacionamento ôntico</i>	52
Sistema parte-todo	53
Relacionamento de causalidade	53
DEFINIÇÃO	54
DENOMINAÇÃO	57

CAPÍTULO 3 **61**

REAÇÃO DOS LINGUISTAS À TEORIA GERAL DA TERMINOLOGIA	61
SOCIOTERMINOLOGIA	66
TERMINOLOGIA SOCIOCOGNITIVA	67
TEORIA COMUNICATIVA DA TERMINOLOGIA	72
TERMINOLOGIA CULTURAL	74

CAPÍTULO 4 **79**

TEORIA GERAL DA TERMINOLOGIA NA CONTEMPORANEIDADE	79
APORTES TEÓRICOS	81
<i>A Relação Conceito/Noção: uma questão linguística</i> ..	88
<i>Conceito e Termo</i>	91
<i>Relacionamento</i>	94
<i>Definição</i>	98
<i>Visão sistêmica</i>	104
<i>O problema da Normalização</i>	107

TERMINOLOGIA: APLICAÇÃO E TANGENCIAMENTO..	
.....	109
PERDA DE DOMÍNIO E SEUS IMPACTOS	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
SOBRE AS AUTORAS	139



APRESENTAÇÃO

Luana Farias Sales

Começo a apresentação deste livro registrando a alegria que é poder mediar a publicação pelo IBICT de uma obra cujas autoras têm o meu especial apreço. Falar de Hagar Espanha Gomes e Maria Luíza de Almeida Campos é falar das minhas primeiras orientadoras, aquelas que me introduziram na vida acadêmica e que tiveram um papel especial na minha formação.

Por outro lado, as duas últimas autoras, Linair Maria Campos e Tatiana de Almeida, foram minhas colegas no mestrado e na graduação, respectivamente, e com elas também tive o prazer de trocar conhecimento e construir parcerias que perduram até os dias de hoje.

Embora a vida nos tenha levado a rumos diferentes, a influência dessas autoras na minha vida ainda é marcante, o que pode ser comprovado pela bibliografia dos cursos e disciplinas que ministrei. Foram vários os autores que estudamos juntas, mas Wüster tem um papel especial, pelas contradições que giram em torno de sua teoria no âmbito da Ciência da Informação brasileira.

A inexistência de unanimidade e até mesmo a rejeição de sua teoria por parte de algumas autoras, especialmente aqueles com uma abordagem mais linguística, faz com que essa obra tenha uma relevância ainda maior, pois vem desvendar alguns mitos que giram em torno do tema e esclarecer o posicionamento daqueles que, como eu e as autoras desta obra, se posicionam a favor de uma vertente onomasiológica como abordagem para construção de sistemas de conceitos cujo objetivo é a representação e a recuperação em sistemas de informação.

Embora engenheiro de formação e terminólogo de profissão, Wüster tinha profundo conhecimento de

classificação e reconhecia sua relevância para a área de Documentação e recuperação de informação. Acredito que esse seja o grande trunfo da escolha da Teoria Geral da Terminologia como apoio ao desenvolvimento de Sistemas de Organização do Conhecimento, isto é, a opção por uma teoria construída para responder às questões específicas dos Sistemas de Recuperação de Informação.

Sempre me questionei se a Teoria Geral da Terminologia de Wüster era desconsiderada no Brasil por ausência de conhecimento ou por ausência de bibliografia que o esclarecesse. Essa obra eliminará uma lacuna bibliográfica e poderá minimizar o desconhecimento da Teoria Geral da Terminologia proposta por Wüster - teoria de intensa relevância para o desenvolvimento de Sistemas de Organização do Conhecimento, como tesauros, taxonomias, ontologias, entre outros.

Outra questão relevante sobre esta publicação é que as autoras não se baseiam apenas na obra de Wüster, mas trazem também para debate a visão de terminólogos contemporâneos sobre o seu legado, mostrando a atualidade da temática e sua repercussão no contexto internacional.

Dito isto, quero convidar a você, leitor, a se aventurar pelas páginas desse livro que se inicia com uma perspectiva histórica, apresentando o contexto sob o qual Eugen Wüster propôs sua teoria, passando por uma abordagem teórica até chegar em uma perspectiva mais empírica, onde mostra de forma clara a aplicação da Teoria Geral da Terminologia na construção de Sistemas de Organização do Conhecimento.

Por fim, desejo que sua leitura seja tão prazerosa quanto foi para mim e que este material possa ser útil às suas pesquisas como também será para as minhas.

CAPÍTULO 1

TERMINOLOGIA: CONTRIBUIÇÕES DE EUGEN WÜSTER (1898- 1977) E DE SEUS COMENTADORES

Terminologia-Documentação-Classificação.
Os três pilares para a construção da rede
internacional de informação (E. Wüster)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Conhecimento teórico e histórico é essencial a qualquer intelectual no desempenho de sua atividade profissional. Conhecer as contribuições teóricas de seu campo de atuação confere ao profissional condições para decidir sobre a adoção de uma ou outra teoria mais adequada a um dado propósito. É importante estar aberto a outras possibilidades, pois o conhecimento é dinâmico, as condições sociais, econômicas, tecnológicas evoluem e impactam nos produtos e serviços de informação. Com isso, alguns princípios tornam-se obsoletos, outros são acrescentados.

No confronto das posições teóricas, as abordagens provocam uma discussão necessária quando o profissional de informação pergunta: qual o objeto de estudo na Ciência da Informação/Organização do Conhecimento (em relação ao termo como unidade léxica ou sua semântica)? Para que estudo esta ou aquela teoria? Ela serve a meus propósitos? Fornece elementos para criar instrumentos de representação e ordenação do conhecimento?

Análises e comparações de resultados talvez forneçam o necessário entendimento para identificar o que é conflitante, o que pode ser adotado e o que deve ser rejeitado. A apreciação das várias abordagens do termo *vis-à-vis* Wüster e linguistas evidencia que não se trata de julgar, neste livro, se uma teoria é melhor ou pior, mas se mais adequada ou menos ao propósito almejado; e, assim,

o profissional pode defender de modo científico a posição teórica adotada na sua prática.

A crítica à contribuição de Wüster é grande no Brasil, por parte de alguns profissionais de informação, embora se perceba, pelas citações na literatura, que a fonte original em geral não tem sido consultada. Por questões contingentes, a influência dos linguistas tem sido grande, mas o fato é que os tesouros continuam a ser desenvolvidos como campos semânticos, a partir da abordagem semasiológica. Dentre os pesquisadores que adotam abordagem onomasiológica estão os pesquisadores de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF) com seu Grupo de Pesquisa “Estudos ônticos e ontológicos em contextos informacionais (EOOCI)”, que conta, também, com pesquisadores da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Este livro é uma iniciativa dos membros do grupo EOOCI que consideram que o estudo de autores fundadores de teorias, que contribuem para os estudos em Organização do Conhecimento, é essencial para a formação de pesquisadores e profissionais na Ciência da Informação.

Finalmente, Wüster não foi feliz ao adotar “Terminologia” para designar a nova área de estudo: os linguistas que tinham trazido a questão para seu âmbito de ação e para sua área de estudos terminaram sendo atraídos pela força do elemento “termo”, abandonando os aspectos sistemáticos, os aspectos extralinguísticos e, com isso, nem mesmo dicionários especializados, tão úteis aos tradutores, têm-se apresentado em sua forma sistemática,

mas alfabética. Além disso, ele percebeu a ligação com a Ciência da Informação e, especialmente, com a Classificação – de vital importância para a Organização do Conhecimento – mas não teve tempo de desenvolver suas ideias a respeito. Apesar de tudo, sem dúvida alguma, ele foi pioneiro e sua Teoria contribuiu para desenvolvimentos posteriores.

Eugen Wüster é um dos teóricos que merece ser estudado. Sua Teoria Geral da Terminologia é, em sua essência, uma teoria de base lógica, centrada no conceito e, no que se refere ao termo, a discussão focaliza sua formação, elementos constituintes e aspectos semelhantes. A falta de uma exposição mais completa de seu pensamento, bem como dos avanços que, a partir dele, foram possíveis, é um fato. Isso não tira dele o título de fundador da Terminologia, mesmo que outras propostas tenham surgido. Ele foi pioneiro e qualquer crítica deve considerar o momento histórico de sua concepção.

A perspectiva adotada, neste estudo, é a contribuição da Teoria Geral da Terminologia (TGT) para a construção de instrumentos voltados para produtos/serviços de informação e, de modo resiliente, a incorporação de contribuições que ora expandem seus princípios com novas abordagens, ora os refutam, enfatizando aspectos apenas vislumbrados em seu tempo, mas tornados realidades com a introdução da informática e aperfeiçoados com novas abordagens teóricas¹.

¹ Meio século depois da TGT, a teoria do conceito de Dahlberg, de abordagem onomasiológica, apresenta nova perspectiva para a análise do conceito, partindo do referente e utilizando categorias de pensamento como elemento fundamental para a sistematização dos conceitos.

A “Norma Internacional de Terminologia para Denominação” (ISO 1087, 1968) se mostrou adequada a elaboração de tais produtos/serviços de informação, como tesouros², nos quais a unidade era o conceito, representado pelo termo. Desapareceram as preocupações com a questão lexical. Além disso, na Norma estavam os elementos básicos para os relacionamentos, exatamente como proposto para os tesouros documentários: lógicos (que produziram a hierarquia) e ônticos, de contiguidade no espaço e no tempo (que produziram as relações associativas, além das partitivas, entre objetos). Já na década de 1960, no Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), verificou-se a pertinência da norma de terminologia na elaboração de tesouros. Mas a norma não apresentava princípios para a organização sistemática, apenas para a formação de pequenos campos conceituais, como uma rede semântica.

Sobre a elaboração de tesouros, Wüster registra em seu texto de 1981, algo que ainda se pode considerar atual: se de um lado os documentalistas que trabalham na elaboração de tesouros não estão suficientemente conscientes do fato de que seus trabalhos têm um caráter linguístico, de outro, os linguistas não se interessam, na

² A palavra Tesouro surge por analogia ao *Thesaurus* de Roget no século XIX, que pode ser considerado um dicionário analógico. Nas atividades de tratamento informacional, no início dos anos de 1950, a recuperação da informação era realizada através de palavras. Nesta época, os tesouros documentários surgem de forma alfabética com algumas relações entre as palavras. Os tesouros conceituais, desenvolvidos posteriormente, adotam os princípios da Teoria Analítico-Sintética de Ranganathan (1967) e suas categorias fundamentais para a apresentação sistemática dos seus termos, guardando semelhança com a Teoria Geral da Terminologia.

maioria das vezes, pela documentação. Daí que muitas vezes diferentes grupos de pessoas se debruçam sobre os mesmos problemas sem que se estabeleça comunicação suficiente (Wüster, 1981, p. 107). E Wüster insiste que documentalistas e terminólogos precisam se unir numa pesquisa sobre a classificação onde se deve incluir naturalmente também o ponto de vista da classificação científica, da lógica e da teoria da ordenação (Wüster, 1996c, p. 145)³. Tal aproximação é ainda incipiente.

Em resumo, tesouros, taxonomias e outras listas sistemáticas de termos especializados são instrumentos de organização do conhecimento que têm na base princípios de classificação e se manifestam em diferentes produtos/serviços como instrumentos terminológicos para indexação/recuperação, organização de informação na Web, entre outros. O meio de acesso se dá através de termos. É nesse contexto que Wüster vê a possibilidade de atuação frutífera entre a Linguística e a Documentação/Ciência da Informação.

De fato, é possível, então, adotar as duas abordagens: de um lado, a norma de terminologia, que oferece princípios para análise do conceito e seu respectivo termo; de outro, a Teoria Analítico-Sintética que oferece princípios para a

³ Wüster refere-se à “documentação”, devendo-se entender, no entanto, que a expressão “Ciência da Informação” – expressão criada pelos norte-americanos – mas nomeada ora ‘informação científica’ no Reino Unido, ora ‘informática’ na Europa e na União Soviética com a introdução da computação nas atividades de bibliografia e documentação, era uma atividade já bastante adiantada. Em um texto, Wüster se refere explicitamente à informática, como nova ciência relacionando-a a tesouros. Além disso, ele estuda a Classificação Decimal Universal (CDU) exaustivamente tornando evidente sua visão sobre a estreita relação entre aquelas áreas de conhecimento.

elaboração de sistemas de conceitos para qualquer área do conhecimento⁴.

O pensamento de Wüster é influenciado pelo Círculo de Viena, que tem objetivos comuns com sua TGT, entre eles a comunicação inequívoca no âmbito da ciência, resultando naturalmente na normalização. Esperantista, acreditava ele que o Esperanto pudesse atingir os objetivos de uma comunicação inequívoca. A organização textual de seu livro “Introdução à Teoria Geral da Terminologia” contém elementos presentes na Norma de Terminologia da ISO. Em 1974, Wüster havia publicado outro texto sobre sua Teoria Geral de Terminologia (Wüster, 1981, p. 107), ele mesmo considerando o título pretensioso. Naquele texto estão seus argumentos e reflexões sobre o tema aqui analisado.

A Escola de Terminologia de Viena foi fruto das atividades e estudos, em especial no desenvolvimento de terminologias, mas também influenciado pelo Círculo de Viena. A filosofia em debate se relacionava ao empirismo, pois considerava-se que o conhecimento se origina da experiência e da Lógica, sendo este o método de análise científica. Ali o conceito de língua geral científica foi um dos focos de estudo, pois uma língua neutra resolveria o problema de ambiguidade da língua comum (Wüster, 1981, p. 71-77). Cabe ressaltar então que o ideal de uma

⁴ Na obra clássica de Ranganathan, *Prolegomena to Library Classification*, ele oferece princípios para ordenação das classes verticais e horizontais de conceitos (*chain e array*), bem como para as relações partitivas, mas não se ocupa das relações associativas, porque não caberiam num sistema de classificação para organizar livros nas estantes. No entanto, sua Teoria é, de fato, uma meta-teoria para vários instrumentos de representação de sistema de conceitos.

comunicação em nível internacional e a ideia de universalidade não eram prerrogativas de Wüster. E não se pode ler seus textos à luz de, por exemplo, a sociolinguística, criada 30 anos depois.

Certamente este enfoque ia ao encontro das preocupações de Wüster que, como esperantista, viu na normalização dos termos técnicos um meio de uma comunicação inequívoca, através dos termos da ciência e da técnica, aspecto importante atualmente na computação.

O desenvolvimento de sua Teoria Geral da Terminologia é fruto de uma experiência concreta, a saber, a produção de seu dicionário sobre máquina-ferramenta. Mas sua produção em língua alemã pode ter sido um obstáculo à propagação de suas ideias, e as eventualidades de tradução podem ter contribuído em várias direções: alguns continuaram a sua linha de pensamento, como os organismos internacionais de normalização, outros a aceitaram parcialmente e ainda outros a rejeitavam completamente. Também contribuíram para certa redução de suas ideias as normas do comitê 37 da ISO e as sínteses de seus discípulos, principalmente o “Manual de Terminologia” de H. Felber (1984).

Não se pretende discutir aqui se Terminologia é uma disciplina independente, mas ressaltar os aspectos que são úteis aos propósitos da Organização do Conhecimento, da construção de taxonomias, de sistemas de conceitos e relacionamento entre conceitos nas ontologias. Exigir que uma disciplina autônoma tenha princípios não-oriundos de outras disciplinas parece levantar uma discussão inócua

em um tempo em que as fronteiras entre disciplinas estão “borradas” quando novas áreas de saber surgem.

EUGEN WÜSTER E A TEORIA GERAL DA TERMINOLOGIA

A terminologia, como fruto do desenvolvimento científico e tecnológico, atraiu diversos engenheiros que se preocupavam com a questão de denominação. Eugen Wüster é uma dessas personalidades que com a sua postura de investigação teórica e questionadora formaliza uma Teoria Geral da Terminologia. Esta seção busca de forma resumida dar um panorama da pessoa e de sua obra.

QUEM FOI EUGEN WÜSTER?

Eugen Wüster nasceu na Áustria em 1898, filho de industrial. Formou-se em Engenharia Elétrica em 1927, na Universidade Técnica de Berlin-Charlottenburg. Obteve seu doutorado em 1931, na Universidade Técnica de Stuttgart, com a tese “A Normalização Internacional da Terminologia Técnica” (*Internationale Sprachnormung in der Technik*), que teve grande repercussão e levou à institucionalização da Terminologia em vários países.

Wüster foi um polímata, e sua produção atesta isso. Seu interesse e estudo abrangeram várias áreas do conhecimento, e Campo (2012, p. 35-50) aponta as áreas de interesse de seus estudos. Além de engenheiro, a autora identifica: o esperantista, o planejador da língua, o

bibliotecário, o lexicógrafo, o terminólogo, o terminógrafo, o professor, o tradutor e o linguista.

Wüster era meticuloso e exigente, avesso a conversas superficiais, comportamento interpretado por vezes como arrogância. Mas sua seriedade e compromisso estão presentes em sua extensa produção bibliográfica. Sua obra é fruto de um pesquisador solitário, no entanto gostava de partilhar suas inquietações com outros estudiosos. Nesse sentido criou um centro particular de pesquisa em sua propriedade em Villa Cano, situado em Wieselberg-Rollenhaus. Ali reuniu uma extensa coleção de livros, artigos, projetos, manuscritos e todo seu acervo, atualmente no Centro Internacional de Informação para Terminologia – INFOTERM, em Viena.

Wüster era um humanista. Ocupou-se de várias disciplinas e desde logo percebeu a relação da Terminologia com a Classificação e com a Documentação, o que o levou a participar no plano internacional da Federação Internacional da Documentação e, na UNESCO, do Departamento de Bibliografia e Documentação, tendo sido membro do *Advisory Committee on Bibliography, Documentation and Terminology* daquela organização.

Reconheceu a importância da documentação e da recuperação da informação na indústria, no comércio e na administração. Reconheceu, ainda, que a ordenação bibliográfica representava a base para qualquer tipo de pesquisa, para o ensino e para a informação. Assim, realizou breves cursos de teoria e prática da terminologia visando a cooperação no campo da Terminologia. Estudou classificação – em especial a Classificação Decimal Universal (CDU) – mostrando a diferença entre

classificação de conceito e classificação por assunto (Wüster, 1996c).

Pode-se afirmar que Wüster foi, antes de tudo, um classificacionista; conhecia os estudos de Ranganathan e reconheceu o método de faceta como classificação múltipla percebendo a possibilidade de acesso por vários aspectos, conforme o interesse ou a necessidade do usuário. Estudou a CDU à exaustão, pois estava preocupado com sistemas de classificação de assunto. Os projetos não realizados devido à sua morte demonstram a centralidade da Classificação em seus estudos.

Sua Teoria Geral da Terminologia (TGT) foi fruto de atividade empírica, para desenvolver uma terminologia ordenada para a área de máquina-ferramenta, mas sua erudição e curiosidade intelectual o levaram à busca de princípios para descrição e ordenação das denominações das diferentes peças e partes daquele universo, princípios que, até certo ponto, têm sido aplicáveis em outras áreas técnicas.

O conhecimento e a clareza da relação da Terminologia com a Documentação estão presentes não apenas em seus estudos e publicações, como também em seus projetos de desenvolvimento futuro. Para a comemoração dos dez anos da INFOTERM, Bühler (1982) detalha os projetos que, infelizmente pela morte prematura, Wüster não teve oportunidade de realizá-los. Destaca-se em seus arquivos uma Coletânea do Jubileu (*Jubiläumssammlung*), para comemorar o ano que faria seu 85^o aniversário, sob o título “O Acesso ao conhecimento do mundo (Documentação e Informação)” – *Der Zugriff zum Wissen der Welt (Dokumentation und Information)*. Esta

coleção teria os trabalhos pioneiros de Wüster não apenas na área de Documentação e Classificação, mas também de Terminologia (Bühler, 1982, p. 102). O projeto está organizado em 3 partes: a) A técnica do acesso: armazenamento e recuperação (*Die Technik des Zugriffe: Speichern und Wiederfinden*); b) Marcação do conhecimento: classificação e notação (*Die Etikettierung des Wissens: Klassifikationen und Notationen*); c) A expressão do conhecimento: teoria da terminologia e dicionários especializados (*Die Formulierung des Wissens: Terminologie lehre und Fachwörterbücher*). As seções “a” e “b” estão intimamente relacionadas à Ciência da Informação. A parte “b” está assim detalhada: 1) Relação entre classificação e notação, Classificações de conceitos para Enciclopédia e Terminologia, Classificações Temáticas para Documentação e Bibliotecas, Classificações em árvore e facetadas; 2) Classificações em árvore. Porfírio e Euler. A Classificação Decimal Universal, a Classificação Decimal de Dewey até a classificação normalizada da técnica. Classificações especiais e bases para árvores hierárquicas. 3) Classificações facetadas, de Ranganathan à ‘Tesauromania’. Interação com a documentação eletrônica. 4) O grande problema: reconciliação mútua entre classificações por conceito e por tema. Classificações por árvore e facetadas. Diretrizes da Unesco para tesouros. Armazenamento internacional de tesouros.

Vemos que os conjuntos 1 e 2 pertencem essencialmente às áreas que lidam com o tratamento e a recuperação da informação, revelando a noção evidente que Wüster tinha do papel da Terminologia nas atividades

de informação. Publicou diversos artigos em periódicos especializados, conforme se observa nas referências do texto de Bühler (1982), inclusive uma referência a um manuscrito com o título “Terminologia, Documentação, Classificação: os três pilares para a construção da rede internacional de informação” (*Terminologie, Dokumentation, Klassifikation: die drei Grundpfeiler bei der Errichtung des internationalen Informationsnetzes*) (Bühler, 1982, p. 113-114), que servem de epígrafe a este estudo.

Em seu artigo publicado em 1974, quando então os linguistas já haviam “descoberto”, aceito e depois rejeitado sua TGT, Wüster reconhece que “a colaboração entre documentalistas e terminólogos nesta área ainda é insuficiente” (Wüster, 1981). Esta constatação feita há mais de 5 décadas ainda permanece atual. Se adotarmos o que ele entendia por Terminologia e não pelas teorias posteriores, o divórcio entre linguistas e profissionais de informação parece irreversível, quando se busca criar os instrumentos para representação de assuntos e objetos. Por outro lado, profissionais de informação precisam da classificação exatamente como sugeriu Wüster: como um pilar indispensável.

O propósito da TGT é que seus fundamentos poderiam ser aplicados ao desenvolvimento de terminologias especializadas como meio para melhorar a comunicação. Um dos usos que precisa ser resgatado se relaciona à representação dos objetos, em geral – imagens, filmes, sinais sonoros etc. – para fins de armazenagem e recuperação/acesso. Wüster percebeu que a terminologia não seria útil apenas na organização de dicionários

sistemáticos especializados, mas fundamental na Documentação/Ciência da Informação (Wüster, 1996c).

TEORIA GERAL DA TERMINOLOGIA

Nos anos 1970 do século passado, Wüster publica um alentado estudo sobre terminologia com o ambicioso título, como ele próprio declara, “Estudo geral da Terminologia, zona fronteira entre a Linguística, a Lógica, a Ontologia, a Informação e as Ciências das Coisas” (*Die allgemeine Terminologielehre – ein Grenzgebiet Zwischen Sprachwissenschaft, Logik, Ontologie, Informatik und den Sachwissenschaften*). Ambicioso porque terminologia, simplesmente, “é uma palavra que todos compreendem”. E oferece três significados principais para a palavra terminologia:

- a) em primeiro lugar, significa o sistema de conceitos e denominações de uma especialidade qualquer. No sentido geral, trata-se de um conjunto de termos acompanhados de seus significados;
- b) o segundo significado principal de “terminologia” é o estudo de termos de uma especialidade em uma língua concreta. Trata-se da lexicologia especializada dessa área;
- c) ao fazer abstração das regularidades comuns das teorias particulares da terminologia de muitas especialidades e línguas diferentes, surge um terceiro significado da palavra terminologia.

O estudo científico geral da terminologia lança um olhar para os estudos científicos

particulares da terminologia, um papel idêntico ao da linguística geral face às ciências das línguas individuais. Em vez de estudo científico geral da terminologia, pode-se igualmente dizer estudo científico fundamental da terminologia (Wüster, 1981, p. 58).

Mas ele ressalta que os termos individuais são objeto de estudo apenas na medida em que os exemplos são necessários.

Terminologia é um tema bastante discutido entre os linguistas tendo em vista a natureza verbal do termo. Mas o surgimento deste campo do conhecimento ocorreu entre engenheiros no início do século XX, e eles priorizaram ora o conceito ora o objeto como base para sua atividade, complementando, como é de se esperar, com aspectos ligados à sua forma verbal. Isto fica evidente nos textos dos fundadores, os engenheiros Eugen Wüster e Dmitri S. Lotte, responsáveis, respectivamente, pelo surgimento das escolas de Terminologia de Viena e da Rússia.

A preocupação com a linguagem científica é anterior a iniciativas que deram origem a uma nova área de saber, a Terminologia. Embora tenha havido preocupação com o tema a partir de pesquisadores e cientistas como Lineu, Lomonosov, e tantos outros.

No século XIX, os produtos voltados, em geral, para transmissão/comunicação de natureza diversa (filmes, fotos, telégrafo, rádio, dentre outros) levaram Paul Otlet a propor o termo “Documentação” para o tratamento e organização daqueles materiais. Aqueles recursos de natureza diversa produzem novos conceitos e termos e, no

início do século XX, alguns fatores colocam em cena, no ambiente da ciência e da técnica, a necessidade de produzir dicionários especializados trazendo a discussão, de um lado, para a organização sistemática, em detrimento da ordem alfabética dos dicionários, e, de outro, a necessidade de disciplinar o vocabulário científico-técnico, uma vez que a formação natural dos termos era insuficiente para a comunicação devido à presença de fenômenos como polissemia, sinonímia e imprecisão. Além disso, considerando a importância de se produzir dicionários técnicos multilíngues, o trabalho requeria arranjo sistemático, e não alfabético. Segundo Wüster, o arranjo sistemático podia evitar contradições que podem surgir no momento de definir o conceito, observadas em geral nos dicionários alfabéticos, e tal arranjo constituía um “auxílio apreciável” para a compreensão das definições. O arranjo sistemático, através de sua árvore de conceitos, permite a compreensão da herança conceitual de um termo, ou seja, é possível a identificação das classes superordenadas e subordinadas de conceitos. Desta forma, o arranjo sistemático, auxilia na compreensão do conteúdo conceitual do termo e, como apresenta Wüster (1981), em determinadas circunstâncias torna a própria definição supérflua, pois tal arranjo acaba substituindo parte do que estaria descrito em tais definições, pelo menos no que concerne às relações de gênero e espécie e partitivas.

Além da dificuldade de comunicação entre os pares, o arranjo alfabético afetava o próprio desenvolvimento científico e técnico da Terminologia. A esse respeito, Wüster registra a resistência dos linguistas naquele momento, e que ele chama de “competição inconsciente”

entre eles e a terminologia em relação à organização sistemática dos dicionários, em detrimento da ordem alfabética (Wüster, 1981, p. 71-77).

Na Áustria, o engenheiro industrial e intelectual Wüster debruça-se sobre o problema do arranjo sistemático, na primeira metade do século XX, e traça um panorama da situação cujo resumo se registra a seguir.

Para Wüster, Saussure (1916)⁵ foi o primeiro a reconhecer a língua como um sistema de conceitos e, mesmo tendo sido feita uma tradução de seu livro “Curso de Linguística Geral” para a língua alemã, ele teve pouco uso. À mesma época, Leo Weisgerber (1899-1985) e Jost Trier (1894-1970) publicam em alemão seus livros sobre o assunto, sem se apoiar em Saussure. Mas estes tiveram também pouco sucesso, sendo que Weisgerber registrava que cem anos antes von Humboldt havia trabalhado o tema. Mesmo que tanto Weisberger como Saussure tenham se referido a “campos de palavras” (conjunto de termos representativo de um determinado domínio) Wüster considera que, na verdade, referiam-se eles a campos conceituais, ou seja, a sistemas parciais de conceitos (organizam-se as classes, mas carecem uma orientação para organizar todo o conjunto de classes em um todo orgânico). Seja em um campo científico, seja técnico, eles dão à Lexicologia Estrutural (área da Linguística que

⁵ A obra mais influente de Saussure, Curso de Linguística Geral (*Cours de linguistique générale*), foi publicada postumamente em 1916 pelos ex-alunos Charles Bally e Albert Sechehaye, com base em notas retiradas das palestras de Saussure em Genebra. O Curso tornou-se uma das obras seminais de linguística do século XX, não principalmente pelo conteúdo (muitas das ideias foram antecipadas nas obras de outros linguistas do século XX), mas pela abordagem inovadora que Saussure aplicou na discussão linguística.

trabalha com uma visão sistemática dos termos) os fundamentos teóricos, o que “se torna um desafio” na época. Para Weisgerber, a prevalência do arranjo sistemático é que ele privilegia o conteúdo e os domínios da vida, e não a forma fônica (Wüster, 1981, p. 22).

De acordo com o relato de Wüster, em 1906 Alfred Schlomann (1878-1952) publica um pequeno dicionário sistemático – e não alfabético – sobre peças de máquinas em 6 línguas e com ilustrações e “isso cai como uma bomba”, levando à reformulação dos trabalhos da Associação de Engenheiros Alemães (*Verein Deutscher Ingenieure* – VDI), responsável pelo Léxico da Língua (*Techno Lexikon*), que, até então, havia reunido em ordem alfabética cerca de 3,6 milhões de fichas. Assumindo a proposta de Schlomann, em 1932, 17 grandes volumes relativos a 17 domínios especializados haviam sido publicados. Com a ascensão do nazismo, Schlomann interrompeu sua atividade e deixou a Alemanha em 1935. Mas sua proposta não foi recebida pacificamente pelos linguistas. Para os engenheiros, a organização sistemática não foi alvo de discussão. Na virada do século o debate entre os linguistas partidários do método alfabético e aqueles do método sistemático tomou a forma de um combate, muito estimulante, segundo Wüster. Quando o estudioso se refere à “competição entre os linguistas e a terminologia”, isto fica evidente numa carta de Schlomann em que este denuncia a “corporação de filólogos que recusa em sua grande maioria os trabalhos lexicográficos realizados na área técnica ou os considera um disparate”. Mas, Wüster se surpreende que os dicionários especializados fossem ainda em grande parte ordenados

alfabeticamente. Provavelmente porque, não importa o domínio especializado, tal organização exigia um esforço muito grande de trabalho (Wüster, 1981).

Nos anos 30 do século XX, na mesma época de Wüster, engenheiros russos se envolvem também com a linguagem técnica, embora de forma independente (Felber, 2001). Tanto na Áustria como na União Soviética, os engenheiros perceberam que a comunicação científico-técnica, de um lado, e o desenvolvimento científico, técnico e industrial de outro, era prejudicada pelo uso indevido dos termos, daí a necessidade de interferência com vistas a uma padronização. O impulso para o desenvolvimento da atividade de terminologia foi a criação do Comitê Técnico 37 da *International Standardisation Association (ISA)*, atual *International Organization for Standardization (ISO)*, em 1936, que contou desde sua fundação com o empenho de engenheiros e cientistas da Europa Ocidental e da União Soviética. Tal ação leva ao surgimento da Escola Russa de Terminologia. Do mesmo modo que para Wüster, ficou explícito para os russos a necessidade de apoio de linguistas para os aspectos da denominação, em especial na formação de termos, os quais deveriam ser notadamente definidos; e princípios deveriam ser estabelecidos para tal.

Registra Wüster que, na segunda metade do século XX, publicações e simpósios sobre o lugar da Terminologia estão presentes à época em que ele escreveu seu estudo. Simpósios interdisciplinares realizados em 1969 e 1971, em Moscou, mostram a superioridade dos estudos realizados na União Soviética (Wüster, 1981).

Os estudos e pesquisas significativas para o surgimento da Terminologia como área de saber têm, assim, impulso na Áustria e na União Soviética. Campo (2012) aponta três eventos importantes entre as duas Grandes Guerras, que favoreceram o interesse pela Terminologia: o surgimento de uma língua internacional, o Esperanto; o círculo de Viena; o interesse pela Filosofia da Ciência e Epistemologia (iniciado por volta de 1907); o surgimento das Nações Unidas em 1948 com seu ideal de compreensão internacional para a paz. E Campo (2012) enfatiza ainda, a preocupação e o interesse dos membros do Círculo de Viena pela Lógica e pela elaboração de uma linguagem comum para todas as ciências.

Picht (2011) justifica o surgimento da Terminologia devido ao grande desenvolvimento internacional:

a intensificação da industrialização e o aumento do comércio internacional no início do último século que deu origem a pelo menos dois fenômenos da maior importância: normalização⁶ e o movimento da linguística empresarial (*WirtschaftsLinguistik*). Nas décadas seguintes a normalização teve e ainda tem importante função no desenvolvimento e aplicação da terminologia (Picht, 2011, p. 8).

Na União Soviética, a questão foi agravada pela presença de várias línguas dos diferentes Estados que a integram, bem como pela introdução de termos estrangeiros importados juntamente com a respectiva

⁶ Normalização terminológica, ou seja, a adoção autoritária de um termo em detrimento de outro, teve início em 1936 pela ISA.

tecnologia, daí a necessidade de planejamento da língua. É claro que este fato deveria estar afetando outros países, mas foi nestes dois países, Áustria e União Soviética, que os esforços visando a solução da linguagem científica e técnica tomaram impulso, dando origem a uma nova área do saber, a Terminologia, diferente da abordagem dos demais países que até então organizavam os dicionários especializados em ordem alfabética. Teorias e princípios metodológicos estavam na agenda dos fundadores desta nova área do saber.

Wüster define, então, Terminologia como área de conhecimento que “significa em primeiro lugar o sistema de conceitos e termos de um domínio especializado qualquer, ou, grosso modo, um conjunto de termos acompanhados dos sentidos que lhes são atribuídos” (Wüster, 1981, p. 57). Wüster reconhece que terminologia é um termo dúbio, podendo ser definido, ainda de modo restrito, como “o estudo científico da terminologia de um domínio especializado, em uma dada língua”. E complementa de modo ainda ambíguo: “Trata-se, dito de outro modo, da lexicologia especializada de um domínio” (Wüster, 1981, p. 57).

Cabe lembrar que Wüster usa o termo “linguística aplicada” atraindo, com isso, provavelmente, a atenção dos linguistas algumas dezenas de anos depois. Registrada por Wüster na primeira metade do século XX, a resistência dos linguistas à TGT permanece. Outra resistência é a da abordagem onomasiológica, embora aqui e ali alguns autores reconheçam a necessidade desta abordagem (Gil Seoane, 2008).

Em texto publicado 4 décadas após o surgimento da TGT, Wüster deixou evidente que a Terminologia é uma zona fronteira com outras áreas. Se a pesquisa terminológica tem o conceito como ponto de partida, insiste ele, ela não pode agir de outro modo a não ser apoiar-se, no que se refere aos aspectos conceituais, nas ciências, nos relacionamentos entre os conceitos e os objetos, ou seja, na Lógica e na Ontologia⁷ (Wüster, 1981, p. 85).

Outro aspecto da TGT é sua preocupação com a normalização, ou padronização, e a formação do termo. A normalização predominou nas duas Escolas de Terminologia, a de Viena e a da Rússia, de um lado, devido às grandes contribuições técnico-científicas do final do século XIX, com a introdução de novos termos nas línguas em que ocorreram tais desenvolvimentos e, de outro, à necessidade da comunicação em nível internacional. Além disso, havia no ar a necessidade de uma língua intermediária para a comunicação científica (Gobbo, 2010) que substituísse o latim que, desde os séculos XVI e XVII já não atendia a este objetivo. O conhecimento do Esperanto – uma língua intermediária para comunicação internacional – teve grande influência nos estudos de Wüster, também ele um esperantista. O surgimento da Terminologia como área de estudos deve-se a Wüster, sem sombra de dúvida.

O alvo a ser alcançado nessa nova área era a elaboração de “dicionários” especializados organizados sistematicamente e com terminologia padrão para garantir comunicação sem ambiguidades. Por lidar com termos, e até mesmo por influência do nome, os linguistas logo se

⁷ No presente texto consideramos “Ontologia” (com inicial maiúscula) como a área de estudos e “ontologia” (com inicial minúscula), como artefato.

interessaram pela área a partir da década de 1950 do século passado: se, num primeiro momento aceitaram, depois criaram suas teorias a partir de suas próprias áreas de conhecimento. Mas a TGT continuou sua trajetória apoiada pelo INFOTERM, em Viena, em 1971, por iniciativa de Wüster.

Desde seu surgimento, aspectos teóricos da Terminologia têm passado por mudanças. No que tange à Terminografia, Temmerman e Kerremans (2003) consideram que, na última década, três atividades distintas ocorreram: a revolução eletrônica, a chamada “terminologia tradicional” e a ação conjunta de engenheiros e terminólogos na área das ontologias.

Novos usos, novas teorias surgidas a partir da TGT não a invalidam, em especial no que diz respeito a produtos e serviços das áreas informacionais como Ciência da Informação, Organização do Conhecimento, Technology and Knowledge Engineering⁸, que lidam com conceitos e sistemas de conceitos, pontos essenciais na TGT. O que se tem verificado são adequações a novas necessidades.

⁸ Terminology and Knowledge Engineering (TKE) – Grupo de Engenheiros que atuam junto à ISO e realizam conferências periódicas desde 1987.

CAPÍTULO 2

PRINCÍPIOS DA TEORIA GERAL DA TERMINOLOGIA



Os princípios da Teoria Geral da Terminologia (TGT) são aqui analisados a partir de textos já traduzidos, seja para o francês, para o espanhol ou para o catalão, em especial a “Introdução à Teoria Geral da Terminologia”, compilação feita por Felber (Galinski; Budin, 1998) considerada como realizada pelo próprio Wüster, embora publicada após sua morte. O texto é conciso, esquemático, e guarda alguma semelhança com a primeira versão da norma ISO 704. Os demais textos citados anteriormente são analisados aqui seletivamente, a saber, consideram-se os aspectos que podem contribuir para tesouros, taxonomias e ontologias.

Como é sabido, a TGT surge da prática em uma área técnica – máquina-ferramenta. Os problemas que Wüster identificou naquela atividade seriam comuns à elaboração de sistemas de conceitos em outras áreas técnicas.

Em 1974, Wüster publica um longo artigo sobre a Teoria Geral da Terminologia, traduzido para o francês (Rondeau; Felber, 1981) e para o catalão (Cabré, 1996). Por “estudo científico”, Wüster considera a Terminologia uma área do conhecimento, mas reconhece tratar-se de uma tautologia visto que *-logie* e “estudo científico” seriam efetivamente a mesma coisa. De qualquer modo, “estudo científico da terminologia” é a expressão que ele emprega para as regularidades comuns que existem em um número significativo de áreas especializadas e línguas.

Wüster relata, desde o início, as diferenças de atitude entre terminologias e a ciência da Língua Geral (Linguística) ante o estado e a evolução da língua. Segundo ele, a diferença essencial entre a Teoria da Terminologia e a Linguística é que a Terminologia se nutre da Lógica (devido

à necessidade de sua construção estar apoiada em uma perspectiva sistemática) e da Ontologia (pois ressalta a importância de estudos das relações não somente entre conceitos, mas entre objetos e conceitos). Além disso, se liga com uma terceira ciência formal, a Ciência da Informação. De fato, a relação com esta é bastante enfatizada em vários de seus textos, sendo a Teoria da Classificação o aspecto comum às duas áreas (Wüster, 1981, 1998; Bühler, 1982).

Em vários de seus textos, Wüster aborda tópicos como conceito e seus elementos constituintes, relacionamento entre conceitos, definição e ordenação. Estes tópicos são essenciais para o sistema de conceitos e também para os produtos informacionais como tesouros e ontologias, projetados para navegação e recuperação inteligente. Em relação a seu método ele considera que o ponto de partida do trabalho terminológico é o conceito com o objetivo de estabelecer delimitações explícitas entre eles (Wüster, 1996a; 1981).

Três são os elementos básicos que caracterizam a TGT:

- o conceito como ponto de partida;
- a denominação;
- o enfoque sincrônico.

No que tange ao enfoque no tempo, Wüster, ao priorizar o conceito como base das investigações, aponta que a língua interessa essencialmente do ponto de vista sincrônico. Isto é, a terminologia se ocupará dos significados atuais e não históricos dos termos. Neste último caso, seria diacrônico. O enfoque é a utilidade da

língua e não o estilo, que pertence à língua geral; daí ser prescritivo: a normalização fixa o conceito visando garantir univocidade.

Os aspectos que envolvem o conceito e a denominação são apresentados a seguir.

CONCEITO E SISTEMA DE CONCEITOS

Esta seção reúne conceitos e sistema de conceitos dada sua imbricação. No sistema de conceitos destacam-se as características como elementos formadores do conceito e, ao mesmo tempo, sua função estruturante. Na “Introdução à Teoria Geral da Terminologia”, Wüster considera o conceito como ponto de partida na atividade terminológica, como requisito para estabelecer demarcações bastante nítidas entre eles. Ao analisar seus textos, além do conceito e sua formação, incluem-se também os diversos tipos de relacionamento que contribuem para a construção do sistema de conceitos. Para Wüster, sistema de conceitos é a classe de conceitos; trata-se então de um sistema parcial de conceitos, que não necessariamente inclui todo o domínio.

Visão sistêmica

A visão sistêmica está presente em vários de seus trabalhos, sendo um deles a “Introdução à Teoria Geral da Terminologia”, publicada originalmente em 1979 (Wüster, 1998), cujas seções serão mencionadas mais adiante.

Como Wüster vê a sistematização: “o trabalho terminológico, além de se basear nos conceitos, examina todos os conceitos pertencentes a uma área do saber do ponto de vista de suas inter-relações, isto é, como elementos de um sistema conceitual. Isto leva a uma ordenação sistemática” (Wüster, 1981, p. 70).

Wüster introduz indiretamente elementos para a criação de um esquema codificado de classificação, embora não aborde de forma explícita os princípios para criar uma notação para o sistema. Isto fica evidente ao abordar as características classificadoras dos conceitos (Wüster, 1998).

O aspecto sistemático defendido na TGT enfatiza ou limita-se a pequenos sistemas parciais – isso fica explícito no princípio teórico de que os termos se definem uns em relação aos outros formando uma pequena estrutura conceitual (Wüster, 1981). Como já registrado acima, esta abordagem sistemática provocou o que Wüster chama de falsa competição entre a terminologia e os filólogos, com larga tradição da ordem alfabética.

Dada a importância que a TGT confere à sistematização dos conceitos, é natural que Wüster se dedique a questões relacionadas à classificação, (Wüster, 1998) e à definição (Wüster, 1996d, p. 70; Wüster, 1981). Em relação à primeira, ele dedica um estudo especificamente a tema/assunto, analisando várias tabelas de classificação (Wüster, 1996c). Além disso, o relacionamento entre conceitos e temas, requer uma apresentação sistemática/codificada com a necessidade de um índice alfabético (Wüster, 1996c).

Considerando que um sistema parcial de conceitos reúne conceitos com características comuns (como um campo semântico) relacionados diversamente em um amplo esquema de classificação, Wüster admite que relacionamentos entre temas também seja possível (Wüster, 1981; 1996c; 1996d). Para organizar os conceitos em um dado campo de conhecimento ou atividade, ele estudou sistemas de classificação empregados na Documentação, em especial a CDU, que reúne assuntos e não conceitos (Wüster 1996c, 1996d). Ele estava bem inteirado das questões de classificação na Documentação, tendo sido membro ativo da Federação Internacional de Documentação (FID) (Felber, 1996). Se olharmos citações em alguns de seus trabalhos, vamos encontrar referência a classificacionistas como Dubuc, De Grolier, Vickery, Soergel e Foskett. Wüster está mais próximo dos documentalistas e profissionais de informação do que se poderia pensar.

Wüster estabelece a diferença entre um sistema de conceitos, que ocorre em tesouros, e uma organização por assunto, que ocorre nos sistemas de classificação por assunto, como a Classificação Decimal Universal (CDU). Nos sistemas baseados em assunto (como a Classificação Decimal de Dewey e a Classificação Decimal Universal) as unidades não são os conceitos, mas a reunião de conceitos – para ficar mais explícito, são reunião de ideias; são unidades complexas, não formam classes mutuamente exclusivas, isto é, podem pertencer a mais de um conjunto de natureza diversa. Nos sistemas de conceitos as relações hierárquicas se estabelecem diretamente entre conceitos de acordo com suas características essenciais. Por outro

lado, nos sistemas de assuntos, os relacionamentos se baseiam na frequência de ocorrência entre os conceitos de natureza diversa. Por esse motivo, há muito mais liberdade na elaboração de um sistema baseado em assuntos do que na elaboração de um sistema de conceitos (Wüster, 1996a; 1996c). Mas isto produz ruído no resultado.

Conceito e sua formação

A TGT considera dois tipos de conceitos: individuais e gerais. Seu método de análise parte dos conceitos individuais, isto é, da experiência, seguindo para o conceito geral, em um nível de abstração. O conceito é um elemento do pensamento. Na TGT, parte-se do objeto para o conceito e deste para a denominação.

Para a formação de um conceito, Wüster parte do objeto individual (Wüster 1996a), “Os conceitos não existem na realidade [...] O objeto é sempre único (limitado no tempo): chama-se objeto individual (ou simplesmente indivíduo no sentido lógico e ontológico)” (Wüster, 1998). O objeto individual é aquele cuja existência está determinada no tempo, aquele que pertence ao mundo temporal; por exemplo, a árvore que está diante de minha janela ou a dor (física ou anímica) que sinto em um momento determinado. Os objetos individuais podem ser de caráter material, esta mesa, ou imaterial, a dor que estou sentindo agora (Wüster, 1996a, p. 33-37; Wüster, 1998).

Assim ele detalha a formação do conceito:

logo que se torna consciente, o ser humano se encontra cercado de impressões sensoriais de diferentes meios que lhe

proporcionam a visão, a audição, o olfato, o gosto e o tato, e logo se apropriam destas formas objetivas que em parte pertencem a seu próprio corpo e em parte estão separadas dele (Wüster, 1996a).

Para o autor, incluem-se igualmente os fenômenos que ocorrem no mundo. Ainda em relação a esta percepção do mundo, a formação do conceito se dá a partir da memória de um objeto individual que a criança é capaz de recordar, mesmo que ele não esteja presente. “Os conceitos são objetos pensantes (mentais). Portanto, os conceitos são imateriais” (Wüster, 1996a). Desse modo, define o conceito como uma unidade de pensamento. Ele assume que é possível criar conceitos imaginários, cuja existência não se pode ou não é possível observar, como o conceito de centauro (Wüster, 1996a).

Partindo para a abstração, assim explica Wüster o sistema de conceitos: diversos conceitos genéricos podem ser agrupados em uma grande abstração mais elevada: “dos conceitos maçã, pêra, ameixa etc. surge o genérico “fruta”. Cria-se, assim, um sistema de abstração de diferentes níveis, que se pode representar por meio de uma árvore” (Wüster, 1996a, p. 33-37). No entanto, alerta ele, seja no movimento de abstração – que parte do conceito individual para o geral – seja no movimento de desintegração – que parte do conceito geral para o individual – o sistema depende em grande parte de critério pessoal, do acordo estabelecido entre as pessoas, citando o exemplo do espectro solar, que diferentes povos estruturam de diferentes maneiras em sua língua. Também neste aspecto, Wüster ressalta a possibilidade de mais de

uma classificação (ênfase nesta ou naquela característica ou faceta produzindo classificação múltipla). Entende-se que esta multiplicidade possível ocorra em um mesmo instrumento terminológico ou em vários.

CARACTERÍSTICAS E FORMAÇÃO DO SISTEMA DE CONCEITOS

Características também são conceitos e, como tal, são devidamente definidos e categorizados.⁹ Na análise do objeto identificam-se suas **propriedades**, as quais, em um nível de abstração, são as **características** do conceito (Wüster, 1996d). E servem para classificar conceitos: existe relação entre as características formadoras do conceito e o respectivo conceito. Um conceito é formado por combinação de várias características (Wüster, 1996c). É interessante notar que suas observações estão essencialmente no âmbito do entendimento dos elementos (características) que contribuem para a formação de um conceito; estes princípios estão presentes, também, na relação lógica quando da formação do termo. Por exemplo, os elementos da formação do termo “átomo” = a+tomo, para indicar algo que não se pode mais dividir.

De acordo com a “Introdução à Teoria Geral da Terminologia” (Wüster, 1998), as características classificam-se em dois grandes grupos: características intrínsecas ou inerentes, e características extrínsecas ou relacionais. Característica intrínseca é aquela que se pode

⁹ Naturalmente, isso levaria a uma regressão infinita. Por isso, os conceitos mais básicos de uma hierarquia são dados como conhecidos no domínio.

observar mediante um simples exame do objeto e que não requer maior conhecimento sobre o uso ou a origem de tal objeto. Pode ser a forma, o peso, o tamanho ou qualquer outra. Características intrínsecas são características qualitativas. A característica extrínseca ou relacional é aquela que descreve a relação do objeto com outros objetos. As principais são as características de uso, por exemplo, os diversos tipos de mesa denotando uma relação de semelhança conforme sua função e/ou uso; e as características de origem, por exemplo, origem de um objeto, seu método de fabricação, país ou época de origem.

Na mesma obra encontram-se ainda orientações a respeito da ordem de preferência para criar sistema de conceitos. Assim, características intrínsecas – próprias do ser – prevalecem sobre as características extrínsecas. Por exemplo, couro pode ser organizado segundo a característica intrínseca do animal – couro **de boi** – ou segundo sua característica extrínseca, um processo submetido a ele – couro **tingido**. E, na ordenação dos conceitos em um sistema de conceitos, as características intrínsecas de um conceito prevalecem sobre suas características extrínsecas. Assim, entre a propriedade de um objeto e a função ou uso, o conceito especificado pela propriedade vem em primeiro lugar na descrição. Desse modo, fica explícita a relação entre eles (Wüster, 1981). Conclui-se que, na ordenação dos conceitos sobre “couro”, a classe de conceitos caracterizada pela propriedade vem antes da classe de conceitos caracterizada pelo processo.

Quanto à formação do sistema de conceitos, existem dois métodos que se opõem, a saber, a ampliação ou a

restrição de características a seu alcance. A ampliação segue no sentido descendente na representação. Ao conceito inicial agregam-se novas características – este processo se chama determinação ou especificação. Entre elas e o conceito se estabelece uma relação genérica (Wüster, 1998; Wüster, 1996a). Quando um conceito é formado pela inclusão de pelo menos mais uma característica, diz-se que ele aumenta a sua intensão. Assim, quanto mais características, maior a intensão, produzindo conceitos específicos e subordinados. Por outro lado, quanto mais geral o conceito, menor o número de características. O conjunto das características de um conceito fornece sua intensão (Wüster, 1996d).

A ordenação sistemática evidencia a relação entre os conceitos, o que sugere que sua preocupação maior estaria no desenvolvimento de um esquema de classificação no qual as características eram essenciais para uma dada finalidade. De fato, Wüster reconhece a função das características no desenvolvimento de um sistema de conceitos, além de contribuir para defini-lo e diferenciá-lo (Wüster, 1996d).

A orientação para a sequência das características contribui para a ordenação dos conceitos, ou seja, elas são elementos estruturantes; tal ordenação pode ser múltipla, segundo os diversos tipos de características ou facetas selecionadas. Os vários tipos de características, quando em uma apresentação gráfica, evidenciam as várias dimensões de uma classificação facetada. Wüster reconhece, também, a dificuldade de tal representação em uma tabela de classificação, por ser “muito complicada”. Por isso busca uma “representação bidimensional de

classificações de três ou mais números”¹⁰ (Wüster, 1996b, p. 70).

RELACIONAMENTOS

Wüster abordou o tema em vários de seus trabalhos (Wüster, 1981; 1996a; 1996b; 1996c; 1996d; 1998) incluindo relacionamentos entre conceitos e entre temas¹¹. Mantém-se aqui a terminologia adotada por Wüster para os tipos de relacionamento.

Relacionamentos entre conceitos produzem sistema de conceitos, nos quais as características são o fator essencial. De modo sucinto, os relacionamentos são:

- a) lógicos, que produzem sistemas do tipo específico-genérico; o mesmo que relação de semelhança, relação de generalidade, relação lógica, sistema de conceitos genéricos. Este relacionamento é de natureza abstrata.
- b) ônticos, que incluem relacionamento partitivo e de causalidade entre objetos. O mesmo que relação de parte, composição, inclusão, sistema de conceitos partitivo.¹² Este relacionamento é indireto.

¹⁰ Wüster reconhece o potencial do método de faceta. É preciso situar tal observação no tempo. A computação elimina essa dificuldade, uma vez que é possível organizar e visualizar tantas dimensões quanto necessárias.

¹¹ Em vários trabalhos Wüster detalha o relacionamento entre temas, o que não interessa à elaboração de taxonomias e tesouros, que têm o conceito como unidade de classificação como princípios defendido neste estudo.

¹² A inteligência artificial e, posteriormente, as ontologias, vão detalhar o relacionamento parte-todo.

Relacionamento lógico

O relacionamento lógico pode ser de comparação (relação analítica) e de combinação. O relacionamento de comparação se estabelece entre dois conceitos em que um deles contém todas as características de outro, ao qual se acrescenta, ainda, pelo menos uma característica a mais, fenômeno que ele denomina determinação ou precisão. Por exemplo, a relação entre porta e porta-corrediça (a característica corrediça determina o tipo de porta). Segundo o autor, a determinação é a forma mais frequente de combinação de conceitos. (Wüster, 1996c; 1996d).

Entre três ou mais conceitos Wüster identifica relacionamento lógico vertical e relacionamento lógico horizontal. É o que normalmente se denomina cadeia e renque, respectivamente. Wüster considera, ainda, que existe um relacionamento lógico diagonal – se entre dois conceitos subordinados de um mesmo conceito genérico existe um relacionamento que não seja nem de subordinação (cadeias) nem de coordenação lógica (renques) – e dá como exemplo os conceitos de mamífero e caracol, pois ambos são animais (Wüster, 1981; 1996c; 1996d).

Wüster emprega símbolos matemáticos para evidenciar o tipo de combinação, numa tentativa de formalização das relações (Wüster, 1996d). Suas observações são importantes para o devido entendimento do objeto e auxiliam a construir esquemas de classificação, uma vez que estão devidamente ordenados ou indicados na notação ou – no caso de tesouros facetados – sistematizados, através da indicação da característica na

divisão de facetas (princípio pelo qual uma classe pode ser dividida).¹³

Relacionamento ôntico

O relacionamento ôntico ocorre entre objetos individuais e se baseia na contiguidade temporal ou espacial entre os objetos e suas conexões causais (Wüster, 1998).

O relacionamento ôntico mais importante é o partitivo, e ocorre entre dois ou mais conceitos (Wüster, 1981; 1996a; 1998). São de inclusão (todo/parte ou parte/todo) ou de coordenação (entre partes de um mesmo objeto). Este tipo de relacionamento pode ser vertical ou horizontal: por exemplo, seja o objeto “flecha” na cultura dos índios do Brasil. Seus elementos constituintes são “haste de taquara” e “ponteira aguda”. Entre “flecha” e “ponteira aguda” existe uma relação partitiva vertical; entre “haste de taquara” e “ponteira aguda” existe uma relação partitiva de coordenação. No primeiro caso, existe uma relação de subordinação e, no segundo, entre partes de um mesmo objeto, no mesmo nível de subordinação.

¹³ A esse respeito, vale referenciar a Norma DIN 2331 *Begriffssystemen und ihre Darstellung*, que apresenta vários modelos de apresentação gráfica nos quais ficam evidenciadas as dimensões – ou aspectos – que produzem os subconjuntos ou subfacetas, ou seja, cada subconjunto é explicitado com frases que indicam o aspecto, como “segundo o período”, “segundo o lugar”, “segundo o material” e assim por diante, conforme o caso.

Sistema parte-todo

Guardando paralelo com a formação do conceito, a qual tem início no objeto individual, é na análise deste objeto que Wüster inicia sua concepção de sistema parte-todo (Wüster, 1996 a, p. 35-36).

Mas a divisão de um objeto individual em partes complexas não é absoluta. Se, por um lado, as partes de um objeto individual estão explicitamente diferenciadas, por outro lado, “a subdivisão é um trabalho mental, como, por exemplo, no caso da divisão da Terra em regiões e estados” como afirma Wüster, citado por Cabré (1996a). E é isto que Wüster chama de sistema parte-todo, pois ele reconhece que tal divisão depende, em grande medida, da pessoa que vai estudá-lo e descrevê-lo. Então, ele evidencia que os propósitos do sistema fornecem os princípios para a seleção da característica que vai produzir um dado sistema parte-todo – ou outro.

A operação de decomposição de indivíduos em partes chama-se desintegração. A operação reversa é a integração. Um sistema pode constar de muitas e muitas partes. Então, em primeiro lugar “dividem-se seus principais componentes e na continuação, eles vão sendo subdivididos gradualmente, produzindo-se um tipo de árvore genealógica” (Wüster, 1996a).

Relacionamento de causalidade

Este tipo de relacionamento está detalhado em uma tabela (Tabela 1, colunas 8-11), na obra de Wüster (1981), mas não em seus diversos textos analisados.

Tabela 1 – Relações conceituais

Relações conceituais										
Sistema de conceitos (ordenação de conceitos)										
Relações lógicas (relação de abstração, relação de semelhança)			Relações Ontológicas							
			Relações de contacto (relações de contigüidade)				Relações de causalidade (em particular, relações de parentesco)			
			Relações de coordenação (em particular, relações parte-todo)		Relações de encadeamento (em particular, relações de sucessão)		Gerações		Estágios	
							Geral	filogênico	ontogênico	substâncias
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Membros das relações	Genérica	>	Conceito de inclusão	>	Predecessor		Ascendente		Ex. larva do ovo	
	Específica	<	Conceito de parte	<	Sucessor		Descendente			
	Conceito expandido		BT							
	Conceito restrito		NT							
	Conceito Associado		RT							
Combinações	Determinação	→								
	Conjunção de conceitos	^								
	Disjunção de conceitos	v	integração	y						

Fonte: Campos, 2001, p. 75.

Tais relacionamentos (em especial, os de parentesco), são expostos de maneira esquemática:

- segundo a geração: relacionamento geral (descendente-ascendente) e relacionamento filogênico (hierarquia evolutiva de grupos de organismos na Biologia);
- segundo o estágio: relacionamento ontogênico (larva-ovo; pupa- crisálida) e de substância.

Não foram identificados mais detalhes, nos textos analisados, sobre esses relacionamentos.

DEFINIÇÃO

Definição é um elemento abordado em vários textos de Wüster. Afirma ele: “Ao contrário de dicionários da língua

comum, a terminologia requer definição, inclusive para dicionários multilíngues, eliminando mal-entendidos de termos pseudo-internacionais” (Wüster, 1981, p. 69-70). Ao adotar o conceito como ponto de partida, o significado de cada termo deve, como consequência, ser definido em boa e devida forma nos dicionários especializados sérios.

No capítulo Definição da “Introdução à Teoria Geral da Terminologia”, Wüster (1998) considera vários tipos de definição:

- a) por compreensão (intensão) e por extensão; a primeira contém as características dos conceitos e a segunda consiste em relacionar os objetos que pertencem a uma dada classe de conceito. Exemplo de definição por compreensão: sistema solar é um conjunto formado por planetas e outros corpos celestes que orbitam uma estrela. Definição por extensão: sistema solar terrestre são os planetas Mercúrio, Vênus, Terra, Marte, Júpiter, Saturno, Urano e Netuno;
- b) descritiva e prescritiva; no primeiro caso, a TGT se limita a explicar que a definição descritiva constata os significados; descreve o significado no uso da língua; a definição prescritiva enuncia o que uma denominação deve significar, fixa o conceito. Este último tipo ocorre quando uma terminologia adota a forma de recomendação baseada em um acordo ou de uma recomendação oficial, por exemplo, uma prescrição legal, uma norma (Wüster, 1996b). Exemplo de definição descritiva: pele de cordeiro - pele caracterizada por sua maciez usada na fabricação de luvas ou vestimentas. Definição

prescritiva: pele de cordeiro **é** uma pele de cordeiro neonato ou de animal de pouca idade, caracterizada por sua pouca espessura e maciez, usada na fabricação de luvas e vestimentas;

- c) definição lógica (definição real) é aquela que indica o gênero mais próximo e as características específicas, próprias do objeto analisado. A definição está ligada ao termo, que é o resultado final (o término) da operação, ou seja, aquilo que se define. A definição lógica estabelece o lugar de um conceito em um sistema de conceito (ver o exemplo de definição prescritiva acima). A característica essencial de “pele de cordeiro” é **ser** pele (gênero mais próximo).

Wüster dá importância às características na formação do conceito e no estabelecimento de um campo semântico, ou seja, entre conceitos com características comuns, sejam elas intrínsecas ou extrínsecas, estabelecem-se ligações (Wüster, 1998). Característica intrínseca é aquela que se pode observar mediante um simples exame do objeto e que não requer maior conhecimento sobre o uso ou a origem de tal objeto. Característica extrínseca é a que descreve a relação do objeto com outros objetos (Wüster, 1996d). Ainda nesta seção da “Introdução Geral da Terminologia”, apesar dos vários tipos de definição registrados, não se encontram elementos para sua elaboração.

A definição é essencial, então, para a ordenação dos conceitos em uma dada terminologia. Ordenação aqui implica classificação. Ao abordar a ordenação dos conceitos, Wüster argumenta que, sendo os conceitos o

ponto de partida da pesquisa terminológica, ela estuda os laços que unem todos os conceitos de um dado domínio especializado, ou seja, “estuda os conceitos que integram um sistema de conceito”, resultando daí que os dicionários especializados se apresentem de modo sistemático, os quais “têm a vantagem de impedir as contradições que podem surgir no momento de definir o conceito” (Wüster, 1981).

E Wüster adverte: “As definições prescritivas (normalizadas) são muito importantes na matemática como também nas atividades de normalização” (Wüster, 1998). As definições prescritivas, ao adotar o tipo de definição lógica ou real, contribuem para estabelecer o lugar do conceito em um sistema de conceitos, como já observado.

DENOMINAÇÃO

Após apresentar os elementos relacionados ao conceito – características, ordem das características e definições – chega-se à denominação que trata dos elementos formadores do termo. O termo é o término na atividade terminológica, ou seja, a denominação é o último elemento a ser discutido/selecionado (Wüster, 1998).

Se se parte do signo para chegar ao conceito, o conceito é o significado do signo, ou ainda o sentido do signo. No entanto, como o ponto de partida é o conceito, então o termo denota o conceito (Wüster, 1998). Aqui ficam evidentes os contatos da Semântica com a Terminologia, embora os pontos de partida sejam opostos.

Os aspectos voltados para o termo que interessam à Terminologia pertencem, grosso modo, à Linguística geral: homonímia, sinonímia, metonímia, dentre outros¹⁴. Para os terminólogos históricos a questão linguística limita-se à denominação. Carecem de interesse a morfologia, a sintaxe, que pertencem à língua geral (Wüster, 1996d). Para a comunicação em nível internacional, a forma gráfica tem supremacia em relação ao aspecto fônico (Wüster, 1981; 1996d; 1998). Assim, não importa a pronúncia do termo *psychology*; um francês, um alemão, um brasileiro ou um indivíduo de qualquer outra língua reconhecem de pronto o termo por sua forma gráfica. Sabemos que, nas ciências duras, a formação de termos tem na base, em geral, o grego ou o latim. Nas áreas da atividade técnica, por outro lado, o jargão está presente e é de outra natureza. Então, prevalece o uso, em uma dada comunidade, de termos cunhados, por vezes, sem qualquer preocupação com os traços semânticos para a identificação rápida do significado do termo¹⁵. Do ponto de vista linguístico, Wüster inclui fenômenos como metonímia e metáfora na formação do termo e no relacionamento (Wüster, 1996d).

Na metonímia ocorre uma transferência de sentido, por exemplo X é o cabeça da milícia. “Cabeça” no caso, significa a parte que tem o cérebro, a inteligência. Então X é o chefe da milícia. Na metáfora tem-se um sentido figurado, isto é, usa-se a designação de um objeto para outros

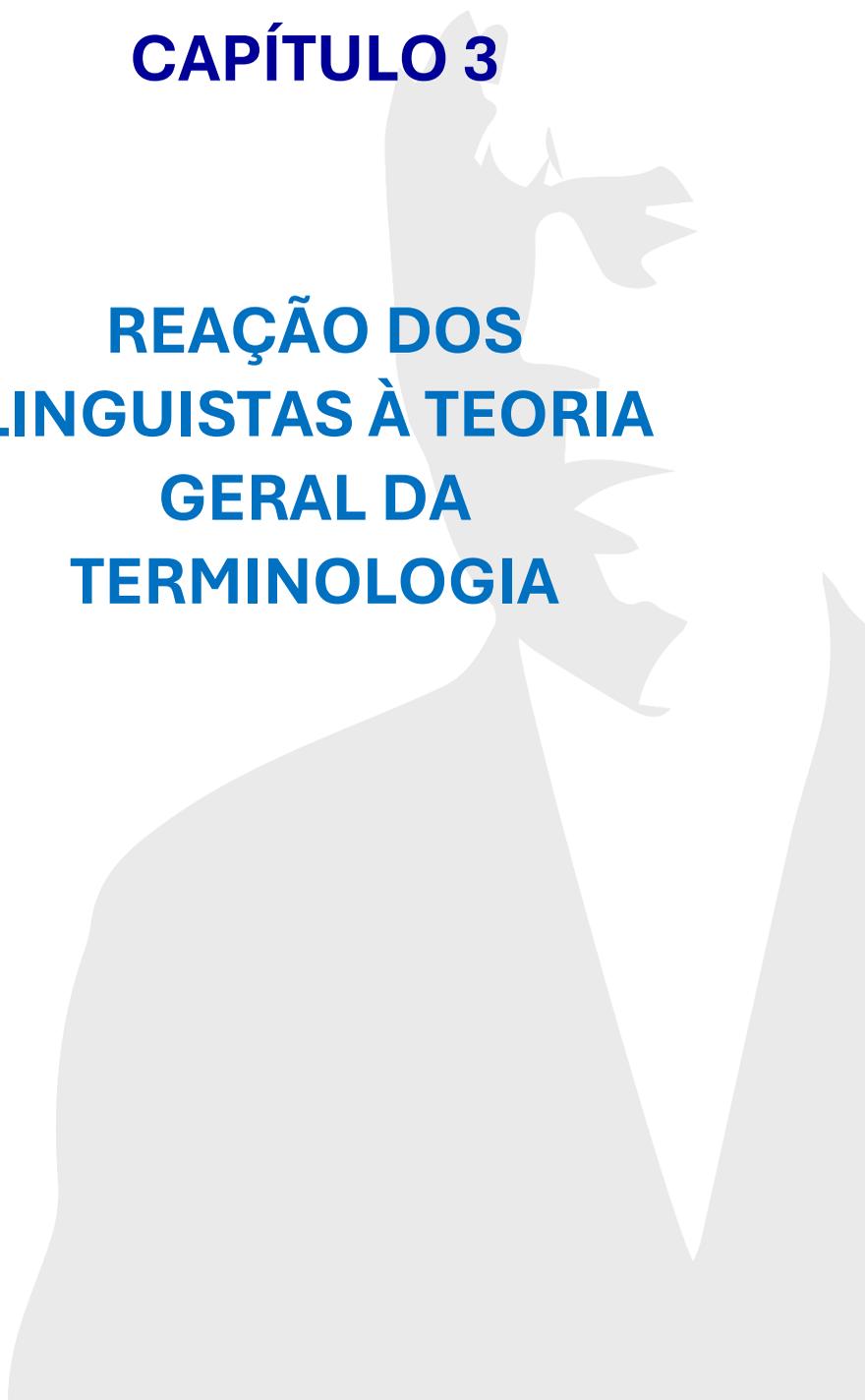
¹⁴ Os profissionais de informação com experiência na elaboração de ferramentas de controle terminológico como taxonomias e tesouros, dispõem de mecanismos próprios para abordar estes aspectos.

¹⁵ É o caso do termo “árvore de natal” na indústria do petróleo, para caracterizar um conjunto de válvulas que lembram tal árvore; na verdade, trata-se de uma tradução do termo em inglês, que também é oriundo do chão de fábrica.

objetos, por guardarem alguma semelhança. Por exemplo, no termo “transferência de tecnologia” a palavra “transferência” que significa levar de um lugar a outro, foi usada não para levar a tecnologia de um lugar a outro, mas em sentido figurado, entendendo-se transferência de tecnologia – de modo geral – como processo que consiste em transferir conhecimento técnico de uma organização para outra.

CAPÍTULO 3

REAÇÃO DOS LINGUISTAS À TEORIA GERAL DA TERMINOLOGIA



Por volta de 1950, linguistas tomam conhecimento da obra de Wüster. O estranhamento foi grande, já registrado por ele (Wüster, 1981). De modo resumido, realçam-se os pontos da TGT que causam estranheza nos linguistas: conceito é o foco, daí a abordagem onomasiológica; a elaboração de repertórios terminológicos especializados, organizados sistematicamente, o que significa adoção de princípios lógicos e foco na definição real; a estreita relação com a Documentação, em especial na elaboração de tesouros, e sua participação ativa em órgãos de Documentação na Unesco e seu estudo da CDU, como possibilidade de adoção nas terminologias. Também está claro que o conceito é denotado por um termo em um dado domínio, de modo a assegurar seu significado inequívoco.

Os terminólogos de base linguística rejeitam, em geral, aqueles princípios tendo em vista que o foco é o termo na comunicação e, neste sentido, é que vamos compreender suas críticas. De qualquer modo, deve-se à TGT o despertar dos linguistas para o problema do termo.

A linguística especializada, como Wüster se refere à Terminologia, se estabeleceu em diversos ramos, o mais importante foi o da Escola de Praga, por volta de 1930. Esta linha de pesquisa continuou depois da Segunda Guerra Mundial e foi posteriormente desenvolvida por membros desta escola, combinando-a com a abordagem pragmática à linguística nos anos 1970 e 1980 (Wüster, 1981). Para ele, ainda há pouca pesquisa teórica sobre o desenvolvimento histórico da Terminologia. Outros desdobramentos se verificaram, mas não seriam escolas propriamente (Picht, 2011).

De modo geral, as críticas trouxeram a Terminologia para o processo comunicativo e, como tal, o aspecto social e, como consequência, a dinâmica no desenvolvimento dos termos, daí a impossibilidade de normalizá-los e de rejeitar a polissemia. Os críticos trouxeram a TGT para o plano da linguística, em especial da Socioterminologia. A análise dos termos apenas do ponto de vista sincrônico também não foi bem aceita. Mais recentemente, segundo Campo (2012), o cognitivismo é incorporado aos estudos da terminologia, trazendo o conceito de Terminologia Cognitiva.

Os autores destas teorias se referem a TGT como Terminologia tradicional, quase como uma depreciação, esquecendo-se que teorias de base linguística não existiriam se não houvesse a tradicional. Outros a nomeiam clássica – menos ruim. É evidente que o conhecimento é dinâmico, apresentando novas questões, novos métodos, novos instrumentos de pesquisa e, principalmente, novos usos para a Terminologia, cujas escolas ou grupos surgidos posteriormente ou rejeitam alguns princípios, ou acrescentam outros.

Uma observação que deveria nortear críticos da TGT em relação a teorias recentes, é a necessidade de datar sua Teoria na linha do tempo:

Com efeito, é importante observar que em sua época a maioria dos linguistas não tinha conhecimento dos numerosos estudos que permitem reler seus textos hoje em dia com olhar crítico, quer se tratasse da sociolinguística surgida por volta de 1960, ou de uma linguística de *corpus* que ainda não tinha ‘cidadania’ [...]. Nós nos esquecemos muito depressa que este último de há muito

foi alçado ao posto de verdade revelada, em nome da ideia de um linguista que seria o locutor ideal de uma comunidade homogênea. Nem as ciências da linguagem escapam à tentação da *doxa*. (Campenhoudt, 2006, p. 4, tradução nossa).

Na tentativa de organizar a literatura sobre a recepção a Wüster, Myking (2001) e Campo (2012) buscam caracterizar a literatura: a primeira com uma periodização, a segunda, pelo grau de aceitação/rejeição.

Myking (2001) observou que estudos terminológicos desenvolvidos por linguistas se voltam, como é natural, para o termo a partir do contexto, como é o caso da Sociolinguística e da Linguística Cognitiva. Metodologias alternativas são, então, introduzidas e motivadas pela “necessidade de análise e descrição de áreas *soft* (não tecnológicas), e de evitar a tradicional concentração em campos materiais e tecnológicos” (Myking, 2001, p. 52), como ocorria.

Métodos prescritivos, mais adequados à ciência e à técnica requerem, naquelas circunstâncias, avaliações e/ou substituições. É o que propõe a classificação de Myking, de conferir uma gradação em relação à aceitação/rejeição da TGT, que ele limita aos países nórdicos, mas que talvez se possa generalizar. Três são os grupos propostos:

- a) moderados e leais: que aproxima a terminologia com a Linguística;
- b) radicais e “subversivos”: Sociolinguística e Terminologia Sociocognitiva, cujos seguidores

- rejeitam a TGT em termos absolutos, o termo é analisado no contexto, excluída a sistematização;
- c) radicais e leais: aceitam a aproximação da Linguística, entendem o momento histórico do surgimento da TGT.

De modo bastante resumido, estão as linhas principais de cada grupo. Na primeira posição, grupo “a”, estão aqueles que aceitam uma aproximação com a Linguística, até mesmo integração, sem abandonar a metodologia e os pressupostos estabelecidos, como a abordagem onomasiológica no estudo do conceito. Ao grupo “b” pertencem os pesquisadores que rejeitam inteiramente a terminologia tradicional com críticas severas. E seguem a corrente linguística. Sugere Toft (1998) citado por Myking (2001, p. 55) que a tradição histórica corre o risco de ser superada se não se ajustar às abordagens cognitiva e funcional. O grupo “c” engloba aqueles que aceitam a aproximação da Linguística, como o grupo “a”, sem, no entanto, desconsiderar o contexto histórico da TGT.

Campo (2012) distribui os estudos sobre a recepção em quatro períodos, que se estendem do surgimento da TGT até o período de sua pesquisa. Ela assim distribui as críticas: a) reação inicial (do surgimento da TGT em 1930 até início de 1979); b) recepção póstuma recente (1980-1999); c) dissidência (1990-1999); d) reconhecimento irregular (após 1999).

Os dois primeiros períodos ainda não contemplam novas propostas. A ruptura ou afastamento se dá com a chegada dos linguistas, em especial à Socioterminologia e

posteriormente à Terminologia Cognitiva. Mais recentemente, temos a Terminologia Cultural.

SOCIOTERMINOLOGIA

Socioterminologia é uma evolução da Terminologia, oriunda da Universidade de Rouen (França) com L. Guilbert, Yves Gambier – que lançou o nome – e L. Guespin (Gaudin, 2005). De acordo com o mesmo autor, a TGT perdeu a soberania: a fé nas línguas auxiliares internacionais passou. Segundo seus seguidores, é uma área com especial relevância no estudo dos problemas da questão terminológica em regiões em que há defesa e estabelecimento de línguas nacionais; esta corrente resulta das experiências, observações e reflexões junto à sociedade e não especificamente em ambiente científico-teórico (Gaudin, 2005). Nesse sentido, a Socioterminologia auxilia na planificação linguística e oferece recursos teórico-metodológicos para questões da terminologia causadas pela sociedade. Como consequência, privilegia-se o método descritivo e a abordagem diacrônica (Faulstich, 2006).

A Socioterminologia “como disciplina descritiva, estuda o termo sob a perspectiva linguística na interação social” (Faulstich, 2006, p. 29). Como atividade prática, tem como base as condições de circulação do termo no funcionamento da linguagem. A grande vantagem dessa natureza sistêmica, continua a pesquisadora,

é que a terminologia internacionaliza léxicos de linguagens de especialidade, pois, num mundo moderno, que se desenha multilíngüe, a comunicação deve ser rápida e eficiente. Nesse sentido, a seleção de uma “forma standard” parece conduzir a terminologia para os princípios monossêmicos preconizados, em tese de doutorado, por Eugen Wüster, em 1931 (Faulstich, 2006, p. 27).

Dito de outro modo, existe espaço em determinadas circunstâncias para a normalização.

TERMINOLOGIA SOCIOCOGNITIVA

Ainda com ênfase no aspecto social, se inclui a Teoria Sociocognitiva da Terminologia (TST), de Rita Temmerman, linguista, com especial interesse em tradução.

TST tem base em princípios sociocognitivos, e se desenvolve a partir de sua experiência (estudo de casos) na área das ciências da vida, tendo se beneficiado com o advento da computação (Temmerman, 2000). TST adota, desse modo, a teoria do texto como ponto de partida para obter o conhecimento, aceita a sinonímia e a polissemia, pois o contexto permite o entendimento pretendido. Sua teoria visa, então, a terminografia. Mais adiante incorpora a ontologia na pesquisa terminológica, como meio para explicitar o conhecimento.

TST se apoia no discurso, no aspecto descritivo, a saber na análise terminológica, a partir de *text corpora* (lista

de unidades léxicas produzida por computador). Temmerman é uma das críticas mais acerbadadas à TGT:

A ideia foi delinear ‘conceito’ em primeiro lugar, e depois dar-lhe um lugar numa estrutura de conceitos em árvore (com base no relacionamento lógico (é-um) ou partitivo (parte-de), e então definir o conceito numa definição aristotélica e finalmente encontrar um termo preferido para nomear o conceito. A Escola de Terminologia de Viena não estava supostamente interessada na língua como ferramenta cognitiva, mas apenas em seu potencial de nomear. (Temmerman, 2015, p. 152, tradução nossa).

Fica evidente na citação a crítica à TGT, limitada e reducional no que se refere a relacionamentos, conceito, definição e ausência de interesse na linguagem como ferramenta cognitiva; limita ainda o termo a sua função de denominação, desconsiderando, ainda, o meio social nos quais os termos surgem e evoluem.

Ao identificar dificuldades de tradução com base na Escola de Viena, ela conclui que os estudos precisam ser descritivos e que o prescritivismo não é para os tradutores decidirem, mas para os especialistas da área. Desta forma, não se pode aceitar tal princípio, pois a unidade de entendimento está em evolução constante. No entanto, ao lado da abordagem sincrônica, analisar o termo segundo os períodos históricos de sua evolução – a abordagem diacrônica – pode ser mais ou menos essencial para sua compreensão (Temmerman, 1998).

Temmerman contesta, assim, a terminologia tradicional que defende que o termo carrega o significado, limita-se a relações lógicas e ônticas e é independente da comunicação. A TST adota a linguística de *corpus* e incorpora a semântica cognitiva em seus estudos. Os termos são estudados no seu conjunto (*text corpora*) quando, então, as unidades adquirem entendimento, este é o foco de sua Teoria, e não o conceito. A desambiguação é feita quando na atividade de categorização, com base na estrutura do protótipo: o léxico mental é de natureza prototípica¹⁶. Assim, “a terminologia sociocognitiva incorpora a ideia que os seres humanos não apenas percebem o mundo objetivo, mas têm a faculdade de criar categorias na mente e comunicá-las” (Temmerman, 2007, p. 31).

A unidade de entendimento tem, com frequência, uma estrutura prototípica. O entendimento é um evento estruturante. Ou seja, tem estrutura intraestrutural ou interestrutural e, ainda, função em um modelo cognitivo. Na estrutura prototípica as unidades de entendimento são categorizadas, aspecto ignorado na TGT, que “também ignora o papel da linguagem tanto na categorização como na comunicação” (Temmerman, 2007, p. 31). A desambiguação da unidade léxica é feita quando se faz a categorização, como no exemplo dado: cerveja – que pode

¹⁶ Na categorização prototípica, ao contrário da categorização clássica, as categorias possuem gradientes de pertencimento, e são as pessoas que julgam de forma rápida e significativa o quanto um determinado item se adapta à percepção que elas têm da categoria em questão: “Por protótipos de categorias, geralmente nos referimos aos casos mais claros de pertencimento definidos operacionalmente pelos julgamentos das pessoas sobre a adequação de pertencer à categoria” (Rosch, 1978, p. 11).

ser tanto a bebida como o festival – a categorização mostra a superordenação (Kerremans; Temmerman; De Baer, 2008). Por sua vez, os conceitos na TST são as unidades não-prototípicas.

Para descrever a informação obtida na análise da unidade de entendimento, Temmerman (1998) inclui três perspectivas: a perspectiva nominalista (a unidade de entendimento é o sentido da palavra), a perspectiva mentalista (a unidade de entendimento é uma ideia que existe na mente da pessoa), e a perspectiva realista (a unidade de entendimento é uma forma externa que existe no universo). E, assim, procura descrever a “intrincada relação entre estas três perspectivas de compreensão” (Temmerman, 1998, p. 80).

Ao adotar a linguística descritiva, o conteúdo da definição coletada nos textos contém elementos mais essenciais ou menos, dependendo do tipo de especialização de quem envia e de quem recebe a comunicação (Kerremans; Temmerman; De Baer, 2008).

Outro aspecto que atrai atenção dos terminólogos são as mudanças das bases de dados terminológicas para as bases de dados do conhecimento. O estudo do termo evoluiu para as relações semânticas, observa Temmerman, mas ainda a partir do texto. No âmbito da pragmática, podemos afirmar.

A aproximação da Terminologia sociocognitiva com a Engenharia do Conhecimento permitiria, segundo (Kerremans; Temmerman; De Baer, 2008), alcançar a ontografia de termos (*termontography*), uma vez que existem alguns aspectos comuns entre a Terminologia sociocognitiva e as diretrizes da análise ontológica

(Temmerman; Kerremans, 2003). Desenvolvimentos posteriores poderão esclarecer como é possível, a partir de definições e significados obtidos a partir de *text corpora*, chegar a definições, axiomas e outros elementos das ontologias.

Temmerman (2015) – que tem na tradução uma de suas áreas de interesse – postula a terminologia descritiva, mas considera eventual abordagem onomasiológica. Sua abordagem é sociocognitiva, área de estudos inexistente quando Wüster desenvolve sua TGT: então não se pode cobrar dele este aspecto. Ou ainda: até onde tal abordagem é necessária ou interfere no desenvolvimento de taxonomias e ontologias? Seus estudos recentes apontam para uma aproximação com o conceito e relações semânticas.

Na França parece iniciar-se um movimento para resgatar a teoria de Wüster, em especial entre tradutores. Em 2006, aconteceu um Colóquio internacional intitulado *Eugen Wüster et la Terminologie de l'École de Vienne* (Campenhoudt, 2006). Campenhoudt atua na área de tradução; e, segundo ele, é preciso visitar a obra de Wüster, reduzida a algumas ideias-força que produziram vários teóricos que fizeram escola, levando a tensões em rupturas mais ou menos construtivas. Segundo o autor, isso pode ter ocorrido pela língua original de suas comunicações e, ainda, pelo caráter inevitavelmente redutor das normas do Comitê Técnico 37 da Organização Internacional de Normalização.

Não se pode esquecer que, para a tradução, o ponto inicial precisa ser o conceito pois é este que vai permitir identificar o termo correspondente na língua alvo – seja no

caso de tradução de um texto, seja na organização de glossários, cuja qualidade estaria assegurada numa abordagem sistêmica e este aspecto tem merecido pouco destaque ou nenhum na TST.

O aspecto extralinguístico é fundamental para tradutores ou organizadores de glossários bilíngues ou multilíngues que precisam estabelecer correspondência entre designações de um mesmo objeto concreto ou abstrato nas línguas envolvidas, mas é rejeitado na TST. A este respeito, vale a leitura de Rastier (1995) que, em sua conclusão, salienta que, estreitando as relações da linguística com a semântica dos textos científicos, a terminologia pode se adaptar melhor a seus domínios privilegiados de ação, a saber, a documentação e a indexação, e auxílio à tradução (Rastier, 1995, p. 65).

TEORIA COMUNICATIVA DA TERMINOLOGIA

A próxima contribuição se deve a M. T. Cabré, linguista, ela desenvolve um modelo para sua Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT). Trata-se de uma teoria linguística das unidades terminológicas de base cognitiva e propósito comunicativo (Cabré, 2009). Sua teoria sobre Terminologia parte de dois pressupostos: 1) terminologia é, ao mesmo tempo, um conjunto de necessidades, um conjunto de práticas e um campo unificado de conhecimento; 2) os elementos da terminologia são unidades terminológicas. No primeiro caso, situam-se necessidades de tradução, ensino, redação técnica, ensino de línguas com propósitos específicos, planejamento da língua, documentação, normalização etc. No sentido mais

amplo, todos lidam com termos (unidade terminológica), conclui.

Cabré desenvolve a Teoria das Portas a partir das multifacetadas do termo, a saber, o termo como unidade linguística, como unidade cognitiva, como unidade social. Como unidade linguística é elemento da linguagem natural e sua análise se dá a partir da gramática e suas regras incluindo as variações linguísticas. Como unidade cognitiva o termo é analisado como objeto em uma teoria do conhecimento. Como unidade social o termo é objeto de análise presente em um dado discurso.

A Teoria das Portas significa o acesso ao objeto a partir do conceito, ou do termo ou da situação, que remete sempre à unidade terminológica.

Conforme Cabré declara, sua abordagem é descritiva e enfatiza o papel da comunicação profissional. Ela reconhece a importância da TGT em outros contextos que não o linguístico, mas se restringe a este. No prefácio à versão em espanhol da *Introdução à TGT* de Wüster, Cabré deixa evidente que: “a terminologia surgiu de preocupações bastante precisas: da necessidade de técnicos e cientistas normalizarem suas disciplinas denominativamente e conceitualmente, tendo em vista garantir a comunicação profissional e a transferência de conhecimentos” (Cabré, 1998). No mesmo texto, reconhece que os princípios de Wüster são inquestionáveis, em certos casos válidos para Documentação e Inteligência Artificial, entre outras aplicações. Reconhece a TGT como ferramenta adequada para a comunicação profissional – e considera aquela obra como fonte muito valiosa para o desenvolvimento dos

métodos modernos de representação do conhecimento, que chegaram a ser parte essencial das aplicações multimídias na indústria atual.

Pode-se concluir que Cabré não nega Wüster, que trabalha o conceito de forma independente, sem relação com a linguagem, enquanto ela insere a análise do termo no processo de comunicação, trazendo a terminologia para o campo da Linguística. E apresenta seu ponto de vista, dando à terminologia sua função no discurso, afastando-se da TGT:

Assim, a partir da vertente social, ficou evidente o caráter comunicativo das unidades terminológicas, além da comunicação entre profissionais, ressaltando-se a viabilidade e importância da implantação social dos termos além de sua normalização (Cabré, 1998).

Em comum com a Socioterminologia, a TCT inclui o aspecto social no estudo do termo.

TERMINOLOGIA CULTURAL

Mais recentemente destaca-se a Terminologia Cultural (TC), de Marcel Diki-Kidiri (2001), natural da República Centrafricana, especializado na língua *Sängö*, pesquisador do grupo *Langage, Langues et Cultures d'Afrique Noire*, (LLACAN) do CNRS (*Centre National de Recherche Scientifique*) – da França.

Diki-Kidiri tem uma visão particular do problema terminológico: enquanto na Europa a terminologia trabalha

essencialmente com fontes escritas, na África países convivem com várias línguas ágrafas. África é o continente com a maior diversidade linguística do mundo; ainda assim aquele pesquisador considera que o problema pode ser superado a partir do estudo de línguas em perigo, com apoio da TI no desenvolvimento de recursos linguísticos – como alfabeto, gramática –, fonética, teclado, linguagem de programação e itens afins (Diki-Kidiri, 2008).

A Terminologia Cultural é voltada especialmente para as línguas em desenvolvimento. Em circunstância tão singular, o linguista desenvolveu método também bastante singular, cujas etapas detalha na experiência com a tradução para o *Sängö* do documento jurídico Direitos Humanos (Diki-Kidiri, 1998).

TC busca responder à complexidade cultural quando abarca inúmeros conceitos básicos para se conhecer a TC: a pessoa (o indivíduo na comunidade), a comunidade, a historicidade, a base de experiência e conhecimento, a cultura, a memória, a percepção do real, a reconceituação (que ocorre com a mudança da percepção de uma cultura a outra). TC é voltada especialmente para línguas em desenvolvimento (Diki-Kidiri, 2008).

A abordagem é semasiológica, quando parte do texto francês em busca de correspondente na língua alvo. Essa etapa é rica em informações de natureza vária – linguística, histórica, cultural –, para chegar à língua alvo. A abordagem onomasiológica consiste em partir do conceito via descrição – para chegar ao termo na língua alvo. O ponto de vista cultural tem aqui seu espaço especial na análise do objeto (Diki-Kidiri, 2008).

De algum modo, TC se aproxima das teorias de base sociocognitiva, em especial no que se refere à categorização como “tentativa de identificação das características definitórias de um conceito” (Diki-Kidiri, 2008, p. 121), de forma independente do texto. Diki-Kidiri classifica a categorização em 3 tipos: – tipo intensivo – arrola a totalidade das propriedades necessárias e suficientes para identificar um erro possível; tipo extensivo – define um conceito por uma lista aberta ou fechada de elementos constitutivos; tipo prototípico – caracteriza um conceito pelo objeto considerado como o mais representativo do conceito. Então, na TC a definição de conceito é a delimitação de uma noção por uma definição (no plano linguístico) e uma representação realista de um objeto físico ou mental (no plano cognitivo). Assim, na TC o conceito tem uma dupla natureza: linguística e cognitiva. Por outro lado, o termo científico ou técnico é uma unidade complexa constituída de um conceito de um domínio especializado e de pelo menos um percepto e um significante (Diki-Kidiri, 2008).

Ainda segundo a Teoria Sociocognitiva, o conceito guarda relação com o arquétipo e com a classe. E uma classe de objeto é um conjunto de objetos semelhantes representado por um protótipo. “Existe, portanto, um lugar ontológico construído culturalmente entre conceito, arquétipo e classe de objetos” (Diki-Kidiri, 2008, p. 11).

Com exceção, talvez, da Teoria Cultural de Diki-Kidiri, as demais propostas teóricas aqui resumidas são estritamente de base linguística, com foco no contexto, no discurso. As críticas à TGT, então, seriam provavelmente, um meio de defender suas posições, seu afastamento da

TGT, colocando o foco de suas pesquisas em suas próprias áreas de conhecimento, em sua zona de conforto.

Embora as três teorias apresentadas pertençam à Linguística, a TC consegue equilibrar os planos linguístico e conceitual. A experiência com a terminologia dos Direitos Humanos em francês e sua correspondência com *sängö* (língua falada principalmente na República Centrafricana), evidencia as questões da língua e da relação entre eles e subsídios para a formação ou adoção de termos vigentes. Nesta relação, Diki-Kidiri reconhece a natureza sistêmica do termo e adota princípios da Lógica, como se observa nos conceitos de base: Termo, Categoria, Protótipo, Conceito, Arquétipo e Classe de objetos, fornecendo elementos para a construção de conceitos e termos a partir da Lógica e não do texto.

Para finalizar, outros críticos de base linguística trazem seus argumentos, como Protopopescu (2013), em relação à limitação da TGT. Segundo ele, Wüster desenvolveu sua concepção de terminologia a partir de sua experiência como engenheiro e envolvido nas organizações de normalização, e também na compilação de seu dicionário de termos técnicos. Desenvolveu sua teoria a partir de sua experiência em um setor limitado, desconsiderando a evolução da língua (visão diacrônica) enfatizando principalmente o sistema de conceitos.

A crítica de Protopopescu (2013) parece desconhecer os objetivos da TGT, a saber, o ambiente da ciência e da técnica requer comunicação sem ambiguidade. Assim, em uma comunicação científica é necessário, sim, um acordo consensual entre especialistas de um determinado grupo sobre um dado conceito, o que se

obtem por meio de uma definição (construída a partir de tal comunidade, e não tomada a partir de várias fontes).

Pode-se resumir que os pontos críticos da TGT são desconsiderar o meio social nos quais os termos surgem e evoluem, a defesa da monossema e a abordagem onomasiológica. De fato, os linguistas se apoderaram da terminologia apenas no que se refere ao sistema da língua, não compreendendo os propósitos da TGT.

CAPÍTULO 4

TEORIA GERAL DA TERMINOLOGIA NA CONTEMPORANEIDADE



Os princípios gerais da Terminologia estão presentes ainda hoje nas universidades, onde os terminólogos pesquisadores discutem princípios da TGT, entre engenheiros que atuam no âmbito da Engenharia do Conhecimento, e quando o Estado atua na preservação e fortalecimento da língua nacional frente às influências estrangeiras no cotidiano. Este capítulo apresenta o diálogo entre as diversas posições teóricas no ambiente acadêmico, sua aplicação e intercâmbio com outras áreas e sua presença oficial em alguns países, evidenciando a atualidade do tema.

A Teoria Geral da Terminologia tem seus seguidores na Europa, em especial na Áustria e nos países nórdicos, com forte presença do INFOTERM, entre engenheiros – que apoiam e atuam em organismos de normalização, bancos de conhecimento, ontologias e assemelhados – e linguistas.

O acesso mais amplo à literatura dessas regiões fica restrito a comunicações, em especial na língua inglesa e também francesa. Mas inúmeros periódicos dedicados à terminologia, com a maioria das comunicações em língua inglesa, compensam, de certa forma, aquela restrição. É nesta circunstância que se deve avaliar a revisão da literatura.

No século XXI o que se observa, em relação ao desenvolvimento da Teoria Geral da Terminologia, são inúmeros ensaios sobre as bases teóricas e filosóficas, bem como avaliação crítica face às demais teorias. A evolução da TGT inclui ainda os seguintes elementos de discussão e análises: objeto e conceito; sistematização e ordenação do conhecimento; terminografia; entre outros. Um olhar mais

apurado mostra alargamento da TGT com a inclusão do objeto como item de pesquisa. De fato, a pesquisa teórica e o estudo do desenvolvimento histórico da terminologia ainda são recentes (Picht, 2011). Ensaios teóricos e de situação da TGT em face de outros conhecimentos têm suscitado atenção de especialistas. Conhecer a evolução do conceito de Terminologia, os avanços no âmbito do conhecimento e das pesquisas auxilia a compreender o atual panorama.

APORTES TEÓRICOS

Para Picht (2011) e Galinski e Budin (1998) Terminologia é uma área de pesquisa teórica e aplicada, constituindo uma escola. Na visão de Picht (2007), a pesquisa na terminologia não impede que sejam abordados determinados enfoques, o que não significa que haja escolas de Terminologia. Ele considera este conceito bastante problemático. Por exemplo, nos países nórdicos, apesar de seminários para assegurar o contato entre todos os membros da comunidade científica nesta especialidade e intensa atividade teórica e prática, isso não constituiria uma escola. A base comum, é claro, não exclui a diversidade de interesses individuais de pesquisadores, pelo contrário, contribui para uma orientação ampla e inovadora (Picht, 2007). O dissenso entre as várias posições teóricas e metodológicas parece não ser tão grande segundo um estudo sobre o tema, que justificasse o aparecimento de Escolas de Terminologia – Escola Soviética, Escola Russa, Escola de Praga, Escola de Viena. O que se observa são “pontos de caráter focal

individualmente determinados em certos objetivos e propósitos” (Picht, 2011, p. 14.).

Galinski e Budin (1998), renomados pesquisadores do INFOTERM, reforçam a validade da TGT nas áreas de Organização do Conhecimento, serviços de informação, ferramentas semânticas, ao lado de outras áreas, cujos fundamentos se harmonizam com ela. E Galinski (1996) registra, igualmente, que ainda não se tem considerado a forte influência desta aproximação com a transferência de conhecimento. Na mesma direção, Felber (1996), especialista na obra de Wüster e seu colaborador, considera que a terminologia tem um papel muito importante na organização do conhecimento em geral, por exemplo, para nomear e etiquetar a informação, como também para recuperá-la. Neste sentido, reafirma a posição de Wüster de que a classificação é uma base comum da Documentação e da Terminologia e que “seu maior entusiasmo se voltou para a terminologia, a classificação e a documentação” (Felber, 1996, p. 21). Os estudos que envolvem aspectos da Terminologia na Ciência da Informação/Documentação situam-se ao lado da Teoria do Conceito e do Método de Faceta, embora não lhes dê prevalência.

Em defesa da TGT, vale incluir a avaliação de Gerhard Budin (2001), um dos teóricos do grupo de Viena que contribuiu com uma análise crítica da evolução das teorias de terminologia. Ele “aborda o tema a partir de uma perspectiva mais ampla, a saber, na perspectiva da Filosofia da Ciência e áreas bastante próximas como Sociologia e Epistemologia” (Budin, 2001, p. 7), desenvolvendo seu argumento em 3 partes: a primeira

apresenta a proposta de análise, a segunda, o que caracteriza uma teoria, os métodos de avaliação e análise da evolução da atividade e, ainda, a comparação com outras teorias; a terceira parte discute os resultados. Ele ressalta que a Teoria, na Terminologia, é uma área de pesquisa relativamente nova, embora presente nas atividades de profissionais (engenheiros, bibliotecários, tradutores...). O que é terminologia? Uma ciência, uma disciplina científica? É sua primeira indagação. Segundo ele, terminologia atende a todos os requisitos de pesquisa na ciência, inclusive nas ciências sociais. É, de fato, uma disciplina por ter rica comunidade de pesquisa, diversos periódicos dedicados ao tema, realização frequente de congressos e simpósios, o que a caracteriza como disciplina científica já estabelecida, de característica transdisciplinar nas ciências da língua e da informação. A ausência de teoria na TGT é um argumento frequente para criticar as propostas de Wüster. “Contra os padrões éticos na ciência, alguns críticos simplesmente ignoram artigos e monografias publicados recentemente e acessíveis em inglês e em outras línguas, que contribuem para uma atualização mais científica da Terminologia” (Budin, 2001, p. 9). Algumas críticas procedem, concorda Budin (2001), mas é preciso ser mais construtivo. Posição idêntica tem Myking (2001) que acredita que pelo menos as contribuições de uns e outros devem ser lidas para que as pontes desejadas por Wüster sejam alcançadas

Um tema nem tão recente, mas que está ganhando mais destaque é “objeto”, que tem merecido atenção de Picht (2009), e sua relação com o conceito, sua representação e tipologia. Ao lado de conceito, objeto

constitui um dos pilares da terminologia, juntamente com ordenação, representação e transferência do conhecimento (Picht, 2008, 2009).

Picht (2008) parte da definição de Wüster, que define objeto como tudo aquilo que na linguagem da filosofia dirige ou pode dirigir o pensamento de uma pessoa, sendo equivalente ao referente na Teoria do conceito, de Dahlberg. Neste sentido, fatos também são objetos (Picht, 2009). Entre os avanços da TGT (Picht, 2008) inclui objeto como elemento de pesquisa terminológica: qual sua relação com o conhecimento, como fazer sua indexação em bases de dados terminológicas, qual sua importância em determinadas áreas do conhecimento. São algumas perguntas a serem respondidas. Então procura fundamentar objeto como unidade de conhecimento e sua relação com o conceito, tendo em vista as possibilidades de representações diversas. De fato, apesar de o objeto ser um importante item de discussão para as áreas do conhecimento envolvidas com o real, como as ciências físicas e naturais, áreas técnicas em geral, ele também se aplica às áreas sociais e humanas, dentre outras. A importância do objeto é reconhecida quando se adota a abordagem onomasiológica.

Picht (2008, 2009) critica o tratamento do conceito objeto nas normas ISO 1087-1 e 704 e suas equivalentes nacionais. Tomando objeto para análise, a primeira observação a respeito é que ele não pode ser definido, mas descrito por seus atributos, a saber, utiliza recursos linguísticos; neste contexto a representação é um dos pilares da Terminologia. E Picht (2009) discute sua representação verbal e não verbal (piso tátil, sinal de

trânsito, avisos sonoros, entre outros). As formas verbais, além de outros signos como sinais de aviso, som e olfato, são frequentes na Arquitetura, Medicina e em áreas técnicas. Assim, incorporam-se na Terminologia símbolos e fórmulas, notações através de sua descrição por meio linguístico para gráficos, plantas, diagramas e assemelhados, como adequados ao armazenamento em bases de dados e transferência do conhecimento, uma vez que este é um dos objetivos da terminologia (Picht, 2008, 2011).

Em uma visão mais ampla, pesquisadores na área da Terminologia indagam, então, se objeto pode ser considerado como uma unidade de conhecimento, em especial em áreas como história e arqueologia; e isso interessa à Terminologia. Mesmo nestes casos, definições e explicações são necessárias em caso de comunicação. A partir de suas reflexões e para melhor compreensão da questão, Picht (2008) detalhou as diferentes formas e possibilidades de representação segundo diversos tipos de objetos como: objeto material; objeto realizável (planta de arquitetura em relação à edificação); objeto ainda não existente (a edificação alvo da planta); objeto imaterial; e objeto imaginário – todos detalhadamente descritos. Diante dessas considerações, objeto é uma unidade de conhecimento (Picht, 2008, 2009).

Mas este não é um ponto pacífico, o que leva Picht (2009) a uma reflexão sobre a prevalência do conceito sobre o termo. Dentre as críticas estão aquelas que priorizam o aspecto comunicativo “[...] e dão prioridade ao termo ou à definição sobre o conceito”; ou que termos e definições “devem ser o foco da atividade terminológica”. E, também,

que “conceitos, como axiomas, não precisam de definição”. Picht (2008, p. 95) oferece abordagem alternativa para a formação do conceito em sua dinâmica. Em continuação a suas reflexões teóricas, ele inclui Conceito, item que tem recebido mais atenção na literatura. E destaca três abordagens de análise do conceito: a) unidade de pensamento – e observa que se trata de tradução imprópria – devido à impossibilidade de adequada correspondência de *Denken*, em alemão, para *thinking* em inglês; b) unidade de conhecimento; c) unidade de cognição.

Neste tópico ele analisa as normas ISO 1087 e 704 em suas diferentes versões. Segundo a Norma 1087:1990, conceito como unidade de pensamento é definição que não pode ser aceita porque o processo do pensar é individual e, com isso, não pode ser uma reflexão universalmente aceita pela comunidade profissional. Conceito de unidade de conhecimento, introduzido por Dahlberg, e presente na Norma 1087-1:2000 engloba, em uma forma linguística, as predicções necessárias e comprováveis de um dado objeto/referente.

E ele oferece a seguinte definição: conceitos são unidades de conhecimento porque:

[...] têm uma intensão que inclui todo o conhecimento que têm os seres humanos em algum ponto no tempo; todas as características (pedaços de conhecimento) reconhecidas intersubjetivamente e acordadas por uma comunidade profissional em um determinado ponto no tempo, [e] têm um ciclo de vida determinado pela dinâmica

da cognição (Picht, 2008, 2009, tradução nossa).

Aqui, Picht inclui um elemento para a próxima definição de conceito como objeto de cognição, isto é, a dinâmica do tempo: conceito é uma unidade de cognição, visto que a cognição ocorre no processo de aquisição do conhecimento, podendo levar a uma mudança conceitual. E detalha: conceito é uma unidade de cognição cujo ciclo de vida terminou e, portanto, estará sujeito a modificações de um certo número de características, de acordo com a dinâmica da cognição; o resultado será uma nova e independente unidade de conhecimento (Picht, 2008, 2009).

Após tal discussão, ele faz uma afirmação relevante para a Organização do Conhecimento: “[...] é evidente que somente o conceito como unidade de conhecimento pode ser objeto de armazenagem em um banco de dados terminológicos” (Picht, 2009, p. 11).

Mesmo com toda argumentação, Picht reconhece que, na formação do conceito, falta uma teoria terminológica que discuta como os conceitos se formam em diferentes campos do conhecimento e quais aspectos caracterizam tais conceitos (aspecto cognitivo) e na sociedade (Picht, 2013).

As seções a seguir, apresentam discussões teóricas de diversos pesquisadores sobre pontos específicos da TGT, evidenciando as diversas posições a respeito de um ou outro princípio.

A Relação Conceito/Noção: uma questão linguística

Conceito está na base da TGT; é um fenômeno extralinguístico. É o ponto de partida na TGT, como já mencionado. Para os linguistas, o ponto de partida é o termo e, em geral, usam a palavra noção e não conceito. Este fato tem consequência nas traduções – quando traduzem conceito na língua original por noção na tradução – causando, conseqüentemente, imprecisão na comunicação, com falha no entendimento do texto original.

Os linguistas empregam noção para a tradução de *Begriff* (conceito em alemão). Enquanto Wüster e seus seguidores, em especial Felber e Picht, buscam enfatizar o conceito de conceito, o mesmo não ocorre com os usuários de *notion* ou de noção, como se fosse a mesma coisa que conceito e isso pode levar a interpretações falsas para o neófito. De fato, não se encontra na literatura recente de tais estudiosos uma definição ou conceituação de noção. Rey (1979) aborda com clareza este fenômeno, quando discorda da decisão de se adotar, nas versões das normas internacionais de terminologia, o termo alemão *Begriff* correspondendo a *concept* em inglês e *notion* em francês:

Seria difícil para nós respeitarmos esta regra, na medida em que falar de *teoria da noção* em Kant ou em Frege e de *noção de função* para traduzir *Funktion-Begriff*, constituiria uma agressão contra a norma filosófica. Adotaremos então a seguinte linha: empregar *noção* cada vez que se tratar de terminologia descritiva ou aplicada[...], mas conservar *conceito* e *noção* no que se referir a teoria (Rey, 1979, p. 29, tradução nossa).

Em relação a traduções de textos em alemão ou russo para o francês, tal fato ainda ocorre. Felizmente, isso não se encontra nas traduções para o catalão ou para o castelhano.

Como exemplo, pode-se observar uma tradução de um mesmo texto em russo para o francês e o castelhano, na qual a versão em francês emprega *notion*, enquanto a versão em espanhol emprega *concept* para o original em alemão *Begriff*. Até que ponto isto dificulta a interpretação correta do pensamento dos autores originais?¹⁷

Essa mesma estranheza é registrada por Depecker e Roche (2007) em um estudo visando uma Teoria da Terminologia. Dentre os vários conceitos presentes nas Normas de Terminologia da Associação Francesa de Terminologia (AFNOR), que, em geral, são traduções das normas internacionais, os autores registraram as diversas posições filosóficas para termo, ideia, conceito e noção, entre outros. Ao analisar as diferentes revisões das Normas do Comitê Técnico 37, ISO 704 (*Travailterminologique – Principes et méthodes*) e ISO 1087 (*Travauxterminologiques – Vocabulaire*), de 1997 a 2000, eles registram que, nos anos 1970, objeto e designação estavam presentes, e durante muitos anos o Comitê Técnico hesitou entre noção e conceito. Enquanto noção era definido como construções mentais, etc., conceito foi introduzido em seu lugar como unidade de conhecimento.

¹⁷ Cf. as versões: KANDELAKI, T. L. Lessensdestermes et lessystèmes de sensdesterminologuesscientifiques et techniques I. In: RONDEAU, G.; FELBER, H. (org.). **Textechoisis de terminologie**. Québec, 1981, p. 135-184, e KANDELAKI, T. L. Los significados de los términos y los sistemas de significados de las terminologías científico-técnicas. In: CABRÉ, M. T. et al. (org.). **Textos de Terminólogos de la Escuela Rusa**. Barcelona: IULA, 2001. p. 29-60.

Os motivos de mudança de noção para conceito originaram-se principalmente dos representantes francófonos à ISO (Francês e Canadense). Pelo menos três razões motivaram as mudanças: a teoria da terminologia deveria manter laço com outras ciências; nas ciências fundamentais e aplicadas, falamos muito frequentemente de *conceito* e é raro falarmos de “noção”. Quando se fala de “noção” pode ter aí o sentido útil de unidade de pensamento ainda impreciso e vago. Além disso, a língua francesa oferece uma rica família derivacional: *conception, conceptualiser, concevoir, conceivable, inconceivable, o que noção não permite* (Rey, 1979, p. 42, tradução nossa).

Depecker e Roche (2007) declaram ser preciso considerar fundamental aqui é que os especialistas da ISO, ao escolher *conceito* e não *noção*, optaram por uma abordagem decididamente lógica da terminologia.

Outro fenômeno a observar é o uso de *concepto* e *noção* entre os terminólogos de fala portuguesa. Parece haver uma identidade de significado entre *noção* e *conceito*; ou entre análise *conceptual*, análise *nocional* ou análise *conceitual* (Francelin; Kobashi, 2011).

Não se pode aceitar que nos textos de língua portuguesa, no âmbito da Terminologia – em que tal imprecisão ocorre – isso ironicamente permaneça.

Conceito e Termo

A discussão sobre termo e conceito é ampla no âmbito da Terminologia. A literatura tem registrado o tema no contexto de uma filosofia da terminologia e da Terminologia cognitiva, entre outros (Picht, 2003; Gaudin, 1996; Oliveira, 2008).

A discussão aqui se dá na relação Conceito/Termo. A abordagem pode ser onomasiológica, quando o ponto de partida é o conceito na análise do objeto, adotada pelos terminólogos de base lógica. A abordagem pode ser semasiológica, quando o ponto de partida é o termo como representação do conceito; é adotada pelos linguistas. A análise do conceito depende, então, da abordagem adotada.

Conceito é uma representação construída. É bastante explorada na lógica, principalmente na perspectiva da *intensão* (características que compõem o conceito). Conceito parece se diferenciar, então, sobretudo atualmente, de ideia ou de noção, quando se considera um conceito como representação construída e relativamente precisa dos objetos. É nesta direção que vai a ISO na elaboração das normas de metodologia da terminologia. E é nesta perspectiva que um novo campo disciplinar se associa atualmente à terminologia: o das ontologias (Depecker; Roche, 2007, p. 110, tradução nossa).

Em contraste, Klein e Smith (2010), ontologistas de base realista, observam que embora existam determinados

conceitos básicos (primitivos) que não precisem ser definidos, por serem bem entendidos pelos usuários de uma terminologia, “Noutros casos, os significados têm de ser especificados no contexto do sistema terminológico pertinente” (Klein; Smith, 2010, p. 6). Os autores acrescentam ainda que “conceito deve ser usado exclusivamente para se referir (1) ao significado de um termo geral correspondente, sendo este significado (2) único e (3) acordado pelas pessoas responsáveis no campo disciplinar em questão” (Klein; Smith, 2010, p. 4).

Verifica-se aí um ponto de convergência dos autores de diferentes áreas do conhecimento, no que se refere ao compromisso ontológico,¹⁸ conforme aponta o comentário de Depecker; Roche (2007) mais acima.

O termo é o término, repetimos. Em relação ao termo, Lotte considera que na terminologia científica não existe um simples conjunto de palavras, mas um sistema de palavras e grupos de palavras ligados entre si de modo específico. Não se deve isolar um termo para estudá-lo e avaliá-lo, pois isso não leva ao requisito de concisão e precisão que ele possui, visto que se insere em uma rede de conceitos (Lotte, 2001a; 2001b).

Para os terminólogos, de base linguística, ainda é difícil aceitar a precedência do conceito sobre o termo: “qual a função dos conceitos e termos *realmente* no trabalho terminológico” e se “a desejada precedência do conceito sobre o termo ainda pode ser aceita” (Packer, 2009, p. 29). É evidente que o conceito precede o termo: não se pode criar um termo para algo ao qual não se pode referir.

¹⁸ No entanto, os autores reconhecem que para desenvolver um sistema de conceitos a definição é necessária.

E a mesma pesquisadora também questiona por que a relação entre conceito e termo é diferente da relação significado e palavra: “[...] em vez de simplesmente alegar que o relacionamento de conceito e termo é diferente do relacionamento de significado e palavra, deveria ser explicado *por que* é diferente e apresentar uma definição adequada de conceito e termo” (Packer, 2009, p. 29).

O que realmente Wüster assume é que a unidade a ser estruturada é o conceito, e não a palavra. O termo tem, entre outros, o papel de representação do conceito; ele denota o conceito e, neste sentido, ele é independente, ele carrega o conteúdo; ele não precisa de uma sentença: no domínio em que se insere, evoca o que tem que ser evocado. Como ressalta Rastier (1995, p. 52), “um termo não tem contexto, ele tem apenas pais, irmãos e filhos”. Entendendo aqui contexto como no texto, no discurso, na narrativa.

Se a pesquisa terminológica tem o conceito como ponto de partida, insiste Wüster, não se pode agir de outro modo a não ser apoiar-se, no que se refere aos aspectos conceituais nas ciências, nos relacionamentos entre os conceitos e os objetos, ou seja, na Lógica e na Ontologia.

A literatura registra vários ensaios teóricos relacionados a termo, no âmbito da Terminologia. Kageura (1995) esboça uma Semântica terminológica, na qual discute a relação entre termo, conceito e significado. Embora a TGT assuma que o relacionamento termo/conceito seja o da representação de conceito por termos, para Kageura, esta abordagem não caracteriza como essencial a área dos fenômenos terminológicos.

Relacionamento

Relacionamentos são importantes para o estabelecimento de redes, rizomas. Os estudos, em geral, não partem dos terminólogos de base linguística.

Uma crítica à TGT é que esta se restringe aos relacionamentos lógico e ôntico (Temmerman, 2015), o que não se confirma em vários textos de Wüster, cuja ideia inicial foi delinear “conceito” em primeiro lugar, e depois dar-lhe um lugar numa estrutura de conceitos em árvore (com base no relacionamento lógico (é-um) ou partitivo (parte-de)). A partir de então, expressar o conceito em uma definição aristotélica e, finalmente, encontrar um termo preferido para nomear o conceito. Mas apresenta vários relacionamentos ônticos, como já mencionado. Kageura (1995) enfatiza também o relacionamento entre conceitos, o qual está na base da busca pelo Sistema conceito-termo independente, que tem sido o principal termo do estudo terminológico. É perfeitamente correto que termos representam conceitos, qualquer que seja a definição para o significado de conceito. No entanto, também é claro que somente esta abordagem não pode caracterizar a área essencial dos fenômenos terminológicos (Kageura, 1995).

A ausência de uma explicação teórica sólida para as relações termo-conceito, que seriam relações semânticas (Packer, 2009; Kageura, 1995) é um argumento para que a TGT não seja aceita como disciplina independente. De fato, existem alguns pontos de contato entre a Semântica e a TGT, e isso fica evidente na terminologia empregada por linguistas e não linguistas, como por exemplo, quando linguistas utilizam hipônimos para termo subordinado, ou

hiperônimos para termo genérico, e assim por diante. Explicações teóricas sobre tipos de relação podem ser encontradas na Teoria do conceito de Dahlberg (1978), segundo a qual existe relacionamento entre um conceito e suas características.

Existe, mesmo até quem considere não haver distinção entre uma e outra abordagem, como Packeiser (2009) que não vê diferença entre a relação semântica (relação termo-conceito) e a relação lexical (termo-significado). E conclui: “Com base nas descrições fornecidas pela teoria geral, o que os pesquisadores na terminologia estão fazendo parece não ser diferente daquilo que os pesquisadores estão fazendo com a semântica lexical” (Packeiser, 2009, p. 18). A autora não percebe que a semântica lexical estabelece relações lexicais – relações entre palavras que guardam o mesmo radical ou de um mesmo domínio, e as relações que formam um campo semântico, ou seja, um conjunto de significados de conceitos em um dado domínio, relações entre os objetos e os termos que os representam. Se ela assume que não há diferença entre as descrições, então está atuando no plano extralinguístico, partindo para abordagem onomasiológica. E poderia se referir a outra Semântica, como a Clássica, o que não é o caso.

A esse respeito, Finatto (1998, p. 212), linguista, remetendo a Weissenhoffer, considera que “[...] estruturas semânticas são um subconjunto de estruturas conceptuais, principalmente aquelas estruturas conceptuais que sejam verbalmente expressas”. E continua: “Assim, em Terminologia/Terminografia, teríamos uma situação delimitada: quando, através de

signos linguísticos expressamos relações conceptuais, é necessário reconhecer a precedência do conceptual sobre o lingüístico” (Finatto, 1998, p. 212).

A relação da Terminologia com a semântica moderna é que elas têm em comum a existência de uma estrutura, mas a Semântica tradicional lida com o vocabulário da língua comum “[...] que é, principalmente, ou pré-científica ou reflete um sistema científico defasado” (Felber, 1984, p. 51). A terminologia trata a questão de modo diverso: o relacionamento de associação na TGT se circunscreve a características comuns entre objetos ou entre conceitos, e não ao sistema da linguagem.

Terminólogos dos países nórdicos buscam aprimorar a TGT além de Picht, já citado. Na Finlândia, ressalta-se a pesquisadora Anita Nuopponen (1994), cuja literatura merece ser estudada. No âmbito dos relacionamentos ela aprofunda os de causalidade¹⁹ apresentados por Wüster e, insere este tipo de relacionamento no sistema de conceitos. Sua abordagem é onomasiológica, visto que ela parte dos diferentes relacionamentos entre os objetos analisados. O que segue é um resumo do resultado de seu estudo.

Além dos relacionamentos identificados por Wüster (1996d), Nuopponen (1994) acrescenta relações horizontais de causalidade a partir da análise de textos sobre tempo, doenças de plantas e outras áreas como corrosão e alergia. Sistemas conceituais de causalidade parecem ser instrumentos úteis quando o campo de assunto for multidisciplinar, como doenças de plantas, que

¹⁹ Relacionamento de causalidade é a expressão preferida pela autora, em vez de relações pragmáticas, presentes no manual de Arntz e Picht (1995).

juntam conceitos de diferentes campos. Os relacionamentos de causalidade envolvem elementos de causa e efeito. Nuopponen (1994) identifica pelo menos quatro tipos adicionais de causalidade:

- Uma única causa pode ter vários efeitos diferentes;
- Pode haver diferentes causas para um único efeito;
- Uma mesma causa pode levar a diferentes tipos de doenças;
- Pode haver diferentes causas para uma mesma doença.
- Além disso, há causas que não são únicas e necessitam algum outro fator, como causas cooperantes; há efeitos que ocorrem em conjunto, como efeito esperado e efeito lateral.

Aprofundando seu estudo, Nuopponen (1994) identifica relacionamentos de efeito e consequência. Mas seu estudo vai além do relacionamento de causalidade: ela incorpora quase uma dezena de outros como posse, local, ingrediente de um produto ou material empregado na produção de um produto, componente, parte, todo, acessório, propriedade (Nuopponen, 2011). Todos estes relacionamentos permitem construir sistemas de conceitos, e eles complementam a lista de Wüster: relações conceituais auxiliam, assim, a construção de sistemas conceituais e, nestes sistemas, podemos encontrar relações que são até certo grau análogas ao relacionamento de coordenação nos sistemas lógicos e partitivos. Os resultados de seus estudos podem ser úteis, segundo a autora, na construção de sistemas de conceitos em campos multidisciplinares.

Seguindo os estudos de Nuopponen, Toft (2002) contribui com variada tipologia de relações nos sistemas de conceitos, que podem ser abertos ou fechados, dinâmicos ou estáticos, sistemas concretos ou sistemas reais, tradicionais ou na ciência cognitiva. O olhar para tais modelos auxilia a compreender a estruturação do sistema de conceitos. Ela detalha os modelos a partir de Nuopponen para sistema de conceitos: o primeiro grupo – sistema hierárquico de conceitos – sistema de conceitos lógico; sistema de conceitos com relação de contato; sistema de conceitos hierárquicos mistos; o segundo grupo – sistema sequencial de conceitos – inclui sistema temporal, sistema causal, sistema de desenvolvimento causal; e o terceiro grupo – sistema heteroárquico – com os sistemas causal conceitual, sistema funcional conceitual, sistema conceitual de interação, sistema de satélite (Toft, 2002). Apesar de não haver uma explicação detalhada, aqueles sistemas prestam para evidenciar as diferentes formas de possíveis organizações de conceitos.

Definição

Qual a posição da definição na TGT? Estabelecer a posição do conceito na estrutura conceitual. Definição é o centro do problema terminológico, e um dos mais espinhosos; é essencial se se pretende prover recursos terminológicos de qualidade. (Blanchon, 1997). A Escola de Terminologia de Viena não estava supostamente interessada na língua como ferramenta cognitiva, mas apenas em seu potencial de nomear (Rey, 1979).

Ainda no aspecto teórico, vale registrar o papel das características na definição. Felber, contemporâneo e colaborador de Wüster, corrobora sua posição: ele deixa claro que as características na definição indicam a posição do conceito no sistema de conceitos, e que são, então, utilizadas para a classificação dos conceitos (Felber, 1983, 1984). Esta abordagem contraria a proposta de Temmerman (2015), que não percebe a função da definição, quando afirma: “O problema é que meus estudantes na tradução e interpretação não eram especialistas no campo [da definição], mas linguistas aplicados que precisavam de informação textual para compreender o assunto e fazer a análise terminológica” (Temmerman, 2015, p. 152). De fato, ela defende a abordagem semasiológica reunindo os conceitos de modo prototípico. Essa não é a posição de Blanchon (1997) ao afirmar que a definição, sim, é útil ao tradutor para se certificar da equivalência dos termos.

Felber (1983) registra a diferença entre definição e descrição. Definição trata-se da explicação de um conceito por meio de outros conceitos. Tanto o conceito definido (o definido) bem como a totalidade dos conceitos que o definem (o que definem) são expressos por termos. Esse tipo de definição determina a posição do conceito em um sistema de outros conceitos relacionados. Já a descrição (de um termo) se refere a explicação com palavras, o que fornece mais indicações do que requer uma definição completa; numa explicação, por exemplo, características equivalentes podem se apresentar lado a lado.

Rey (1979) faz igualmente uma distinção entre definição e descrição, mas não estabelece relação entre as

características de um conceito presentes em uma definição e sua posição em um sistema de conceitos:

[A definição] deve explicar todos os aspectos pertinentes de significação (definição linguística) ou todos os aspectos conceituais pertinentes e somente eles. A descrição pode acumular aspectos pertinentes e aspectos característicos, mas não pertinentes; por exemplo, informação de caráter enciclopédico. De fato, muitas definições de dicionários (linguístico, que distinguem sentidos e usos) e sobretudo de enciclopédias (que distinguem classes de objetos e noções) são descrições (Rey, 1979, p. 42, tradução nossa).

Os linguistas, mesmo atuando na terminologia, não elaboram definições, apenas recolhem, pois, o interesse é o sentido do termo, e não sua posição em um sistema. Essa posição é característica da Linguística descritiva.

É rica a literatura sobre definição na Terminologia, a partir de pesquisadores linguistas, mas os estudos não são vinculados diretamente a um sistema de conceitos, isto é, a ênfase dos estudos e análises está na definição em si. É evidente que as definições auxiliam na organização sistemática, mas, tendo em vista que na literatura dos linguistas basta a recolha de definições e a validação por especialistas, segue-se que tais elementos seriam, então, suficientes para uma organização temática, mas não conceitual, pois aquela não contribui para a construção de instrumentos para representação precisa da informação, ou para engenharia do conhecimento, ou para ontologias e assemelhados.

Sabe-se que definições são incompletas, pois nem sempre todas as características estão ali registradas e, portanto, o que se deve buscar são os aspectos relevantes para uma determinada comunidade à qual se pretende atender.

De fato, os linguistas se apoderaram da terminologia apenas no que se refere ao sistema da língua, no caso, o estudo do termo no texto, não compreendendo que a TGT visa – em sua origem – a elaboração de instrumentos para a representação de conceitos e não para a análise de discursos.

Em relação ao método de trabalho para alcançar uma definição, verifica-se que as definições são recolhidas e, por vezes, depois submetidas a um especialista (Packer, 2009; Lucena, 2008), sem, no entanto, chegar necessariamente a um sistema de conceitos. Em geral, alguns estudos mostram metodologias semelhantes: as definições são analisadas a partir de suas presenças em instrumentos terminológicos ou mesmo em grandes dicionários da língua (Shelov, 2003; Finatto, 2001).

Shelov (2003) analisou uma série de definições recolhidas – e não elaboradas com alguma finalidade – para classificá-las, tendo em vista a construção de um sistema de definições. A análise levou a identificar como definições lógicas: a definição genérica, a definição enumerativa (extensional), denotativa ou real, a operacional e a contextual ou descritiva; pois elas contêm em sua estrutura uma parte que evidencia o termo genérico mais próximo e outra, as características. A recolha não provê um sistema de definições. Shelov (2003) reconhece que, para atender os requisitos de um sistema de definições, estas precisam

ser consistentes lógica e linguisticamente e, assim, eliminam ambiguidades ou sinonímia, partindo-se do pressuposto que o sistema de definição está restrito a um dado domínio.

Finatto (2001) analisa, igualmente, definições encontradas em obras de referência das áreas de Química e Genética. A pesquisadora analisa detalhadamente as definições encontradas nas obras de referência consultadas, sem produzir um modelo, talvez por achar que isso é limitador. Desconsidera a abordagem sistêmica produzida pelas definições uma vez que sua análise é descritiva. Os elementos presentes em uma definição terminológica poderiam “auxiliar o trabalho de verificação e crítica de definições, com vistas a uma maior homogeneidade lógico-semântica” (Finatto, 1998, p. 212). Mas a pesquisadora mostra a dificuldade de ‘encaixar’ certos verbos em uma dada categoria verbal, de sorte a poder utilizá-los de modo sistemático, embora a análise predicativa tenha auxiliado a sua equipe de pesquisa. Mas complementa o procedimento de construção de um sistema de conceitos através de categorias conceituais, com vários exemplos. Na definição terminológica, reconhece ela, existe um ponto de encontro “entre o aspecto conceptual e o linguístico, uma vez que o texto da definição tem a função de descrever as características que delimitam um conceito e a função de particularizá-lo num determinado sistema conceptual ou domínio” (Finatto, 1998, p. 212). Em sua tese ela questiona o modelo Aristotélico, mas os exemplos apresentados registram apenas o *genus proximum*. Sem a *differentiaspecifica*,

realmente, não existe informação suficiente para a compreensão do termo.

L'Homme e San Martín (2016) utilizam modelos, para assegurar coerência e uniformidade das definições, os quais podem extrair informação conceitual para representar uma definição. Tais autores mencionam outros estudos que buscam verificar se os modelos racionais da ontologia de alto nível da BFO (Basic Formal Ontology), como *type-of*, *located-at*, *made-of*, *has-function* – que os autores denominam matrizes definitórias – podem reter tipos de características em uma definição segundo classes ontológicas. Mas utilizam, igualmente, definições obtidas em dicionários especializados.

O modelo aristotélico demonstra claramente a relação definição-ordenação dos conceitos, tão clara em Wüster e outros adeptos daquele modelo, mas pouco abordado pelos linguistas: na maioria das vezes, apesar da definição, adotam ordenação temática, que não auxilia de forma lógica na organização do conhecimento.

O que se pode observar nos textos comentados aqui em relação à definição, é que os estudos em sua maioria partem de definições recolhidas sem preocupação com seu papel sistematizador.

Um ponto de discordância, a nosso ver, é a dificuldade que, segundo Andrade (1998), os terminólogos teriam na definição dos sintagmas e termos complexos. O termo é uma unidade conceitual independente, representado por uma ou várias palavras, portanto é incorreto se referir a termos complexos.

Visão sistêmica

A Terminologia estuda os conceitos em uma área especializada como parte de um sistema de conceitos. O reconhecimento de que existe uma ligação entre os conceitos de uma especialidade resulta em um sistema de conceitos e, por extensão, dicionários especializados devem se apresentar segundo um arranjo sistemático, como proposto por Wüster (1996d). Uma vez que os termos se definem uns em relação aos outros, a ordenação sistemática dos termos requer, então – propõe Wüster –, um índice alfabético complementar, ou seja, a ordenação alfabética é secundária. Para Ranganathan, teórico da Classificação, a ordenação alfabética seria a última alternativa. O fato é que Wüster não usou as categorias como elemento estruturador de uma área do conhecimento. O resultado é um sistema parcial, ou seja, apenas um conjunto de classes de conceitos. Embora Wüster reconheça a importância da classificação e da definição, ele não estabelece relação direta entre ambas.

Talvez por isso mesmo, Wüster, embora reconhecendo a importância da ordenação sistemática, registrava que isso iria requerer “um esforço muito grande de trabalho” (Wüster, 1996d). Não estamos absolutamente de acordo: a abordagem sistemática é a mais rápida e eficaz forma de apresentar os conceitos/termos, quando se adotam princípios de classificação sólidos e, a categoria como elemento maior de ordenação. Mas na primeira metade do século XX, os filólogos ainda rejeitavam os trabalhos lexicográficos no campo da técnica, considerando-os disparate (Wüster, 1996d). E

desconheciam as propostas de Ranganathan com seu método de Faceta, já identificado por Wüster, que via nele um modelo dinâmico.

Os cientistas da Escola Russa de Terminologia – oriunda da TGT – dão a necessária atenção à classificação como ponto de partida para a definição e à natureza sistemática da Terminologia. “Um conceito deve levar em conta as relações de conceitos com outros conceitos, devido a relações objetivas existentes entre objetos, processos, propriedades conexas” (Lotte, 2001a). E a denominação dos objetos e processos resultante de suas análises oferece elementos para a conseqüente ordenação no sistema de conceitos, quando identifica e seleciona características essenciais a serem representadas na criação de denominação para aqueles objetos e processos. A metodologia adotada busca analisar os fenômenos em sua relação com outros, o que resulta em hierarquias bem estabelecidas: cada característica de um objeto ou processo é também objeto de análise/definição, para verificar se ela constitui um elemento necessário e suficiente, produzindo hierarquias seguras e denominações motivadas. (Lotte, 2001a; 2001b). Dito de outro modo, a hierarquização é o resultado da análise do fenômeno e sua relação com outros, não sendo estabelecida aprioristicamente. Mais tarde, a Teoria do Conceito de Dahlberg (1978; 1983) aprofundou este aspecto.

Na literatura de língua portuguesa poucos são os registros de experiências dos terminólogos de base linguística com organização sistemática. Em geral, estudos adotam classificação temática que nem sempre permite estruturas hierárquicas consistentes, como requerem os

instrumentos e produtos de informação (Almeida, 1998; Raimundo; Cervantes; Pereira, 2006).

Uma experiência de organização sistemática merece ser analisada aqui; ao organizar os termos relacionados a Cinema, Antunes (2006) construiu a árvore do domínio com base nos relacionamentos lógicos e ônticos, conforme propostos por Wüster – embora este não seja referenciado diretamente –, mas através de Cabré. A autora utiliza um primeiro levantamento semiautomático, mas o tratamento do termo é onomasiológico, uma vez que são selecionadas apenas palavras e sintagmas relacionados a Cinema, e, portanto, já carregam um significado. A autora produziu uma organização consistente, ou seja, um sistema facetado – embora desconhecido da autora. O primeiro movimento para recortar as atividades cinematográficas foi a divisão dos conceitos por etapa da realização da atividade; em seguida, dividiu cada etapa segundo aspectos (ou facetas) mantendo em seu interior a mesma tipologia, quando possível. Antunes (2006) pôde produzir um interessante produto que pode ser útil ainda, se aplicado a um serviço de informação/acesso – embora não tenha sido seu objetivo –, ao adotar princípios não pertencentes à Linguística, mas à classificação, um dos pilares da Terminologia, segundo Wüster.

Seguidores da TGT reconhecem a necessidade de revisão interna da Teoria, mas as variadas propostas não são uniformes. Aqueles pesquisadores classificados como leais e moderados em relação à TGT, deveriam ser mais receptivos na abordagem sistêmica. Por outro lado, opositores radicais consideram que a integração adequada da terminologia seria com a linguística.

O problema da Normalização

Normalização é um ponto central na TGT, aceita pelos engenheiros e rejeitada pelos linguistas. É o que chamam prescritivismo, ou seja, a norma como imposição arbitrária. De fato, o lado prescritivo da Terminologia é mais claramente percebido no planejamento da língua técnica como política oficial dos países envolvidos com o problema.

Myking (2001) salienta que o prescritivismo se impõe em algumas áreas que requerem medidas normativas e que algumas críticas resultam de uma leitura incompleta da obra de Wüster, as quais partem de não observação de alguns pontos em sua Introdução, na qual ele faz inclusive uma abordagem semasiológica – na forma interna do termo. Diante das críticas, algumas ácidas, ao prescritivismo, Myking (2001) vai pontuar alguns aspectos. O primeiro ponto tem a ver com o fato de ser a crítica sobre a TGT vista apenas como ferramenta prática e restrita à resolução de alguns problemas de normalização nas áreas tecnológicas. No entanto, pondera ele, a normalização na teoria de Wüster deve ser entendida por sua proposta no tempo (Myking, 2001).

Quando os linguistas conhecem a TGT, a terminologia é criticada pelo fato de desconsiderar o aspecto cultural e social do fenômeno da língua. O surgimento da socioterminologia, apoiada pelo sociocognitivismo promoveria uma abordagem descritiva para a terminologia, contradizendo a terminologia tradicional, que trata a terminologia supostamente como algo que existe objetivamente e isolada, afastada da

sociedade e do contexto social (Myking, 2001), e que pode ser sujeitada a imposições.

Em defesa do prescritivismo, Myking (2001) salienta que ele se impõe em algumas áreas que requerem medidas normativas. O prescritivismo parece ter seu papel em várias áreas: no planejamento, na tradução, no sistema e termos. A formação/criação de termo é questão presente quando inserida em um projeto de planejamento da língua especializada. A adoção de um padrão é um alvo difícil de ser alcançado quando se sabe que cientistas e técnicos criam seus termos desconhecendo princípios linguísticos. As normas internacionais sobre o tema não têm tido força suficiente para mudar o panorama, pois terminologia não parece ser aspecto fundamental para cientistas e técnicos que, em geral, na criação de termos para nomear novos objetos (processos, produtos, qualidades e assim por diante – salvo para conceitos teóricos nas áreas duras), há séculos possuem suas diretrizes, nomeadamente para as químicas pura e aplicada. Em outras áreas, prevalece em geral a forma verbal em uso, e termos malformados podem levar a sistematizações falsas, por exemplo: leite de amêndoas ou leite de soja subordinados a Leite, sendo que Leite é definido como produto de origem animal. Neste caso, então, haveria intervenção de um organismo oficial. Normas para a criação de termos inviabilizariam, no entanto, eventuais distorções no sistema de conceitos. Wüster aborda o tema da formação do termo (Wüster, 1996d), também discutido na Escola Russa (Cabré *et al.*, 2001).

Neste aspecto, é necessário ter em mente que o discurso científico-técnico precisa ser claro, livre de

ambiguidades. Então a terminologia empregada por uma comunidade é aquela estabelecida como aceita – padrão – naquele âmbito. A linguagem natural não permite isto, a menos que, no discurso, se adote termos adotados consensualmente por uma dada comunidade de especialistas. Mesmo aqui, esse princípio não é universal: apenas vale para uma comunidade de especialistas ou grupo de pessoas responsáveis.

A normalização é uma característica da TGT não aceita pelos linguistas; no entanto é relevante do ponto de vista do planejamento da língua. O planejamento da língua requer interferência para reafirmar ou garantir a sobrevivência de uma língua, como ocorre em países em que várias línguas estão presentes. Apesar da forte contribuição de Wüster, nos países da Europa e das Américas em que várias línguas concorrem, o resultado não foi exatamente caudatário da TGT. No Canadá e na Espanha, para citar os países mais próximos de nossa cultura, o aspecto linguístico prevaleceu.

Wüster aspirava a uma colaboração frutuosa com os linguistas – o que até hoje não ocorreu – enquanto alguns estudiosos propõem a completa separação. Se é para resolver o impasse, e se for para estabelecer a ponte, só é necessário, segundo Myking (2001), responder não apenas de qual linguística se trata, mas ainda, de qual terminologia.

TERMINOLOGIA: APLICAÇÃO E TANGENCIAMENTO

Propostas de revisão das Normas Internacionais partem também de engenheiros do conhecimento envolvidos com a construção de bancos de termos como

base para ontologias. O surgimento de pesquisas sobre Inteligência Artificial e ontologias produziu um ramo do conhecimento conhecido atualmente como Engenharia do Conhecimento, o qual tem pontos comuns com a Terminologia. Neste contexto, cabe registrar, de um lado, as críticas feitas por Smith, Ceusters e Temmerman (2005) a respeito da abordagem teórica da TGT, inadequada para a construção de ontologias e, de outro, o desvio da TGT nesse ambiente, reduzindo-a por vezes a uma lexicografia tecnocientífica, dada a presença de linguistas na equipe (Roche, 2007, 2008; Depecker; Roche, 2007).

Quanto às críticas de Smith, Ceusters e Termemamn (2005), muito do que ali é apontado tem a ver com a interpretação imprecisa ou equivocada do que seja o conceito, expresso nas normas ISO 704 (1968) e ISO 1087 (2000), as quais têm grande influência na elaboração de terminologias na atualidade. Destaca-se assim que a crítica de Smith é voltada não para o trabalho de Wüster em terminologias em sua época e para seus fins, mas sim para o uso tal como foi concebido para uma realidade diferente, no âmbito das ontologias enquanto artefatos computacionais, em domínios da Biomedicina. Então, apesar das críticas, Smith (2008, p. 84) reconhece: “No entanto, o padrão de Wüster foi desenvolvido para terminologias utilizadas por humanos; não atende aos requisitos impostos às terminologias padronizadas na era do computador”.

Outra crítica específica, feita por Smith, Ceusters e Temmerman (2005), se contrapõe à necessidade de se definir um termo a partir de suas características essenciais, para que ele possa ser colocado em uma terminologia. Há

que se ter cuidado ao analisar essa crítica, pois Smith defende o uso de definições essenciais (Seppälä *et al.*, 2016). O que se coloca é que nem sempre é possível determinar tais características de imediato, embora se reconheça que exista uma entidade real no mundo, que deve constar na terminologia da área. Desta forma, nem sempre será possível que a definição essencial seja um pré-requisito para a existência dos termos em uma ontologia, em especial no domínio da Biomedicina.

Concluindo, as críticas de Smith e colaboradores embora pertinentes no âmbito de ontologias em domínios da Biomedicina, não desmerecem o trabalho de Wüster se o contextualizamos em uma outra época, para um outro propósito, e para outros domínios. Por outro lado, destacam que a imprecisão na definição de termos basilares da Lógica de conceitos é um problema, e isso de fato deve ser observado, pois interpretações equivocadas do pensamento de Wüster podem se traduzir em instrumentos terminológicos mal construídos. Destaca-se nesse âmbito, como mencionado por Smith, Ceusters e Temmerman (2005), que trabalhos mais recentes inspirados em Wüster ajudam a minimizar esse problema, embora isso não seja seguido pelas normas ISO, para onde percebemos que, de fato, a maioria das críticas parece ser efetivamente direcionada, visto que, por serem essas normas atuais, não têm a justificativa de terem sido concebidas em outra época, com outra realidade tecnológica.

A Terminologia de base lexicográfica não tem contribuído para resolver algumas questões. Uma delas é a confusão entre o discurso científico – em geral é a tônica da

terminologia lexicográfica – e a conceituação do domínio. E isso tem suscitado discussões teóricas e propostas de avanço na TGT.

No domínio da Engenharia do Conhecimento, dois grupos de pesquisadores merecem atenção: na Universidade de Savóia, na França; e na Universidade de Trier, na Alemanha.

Na Universidade de Savóia, a Equipe Condillac do Laboratoire LISTIC tem o grupo de pesquisa Ontoterminologie, criado por volta de 1990 (Roche, 2009, 2012) que promove as conferências TOTh – *Terminology and Ontology: Theories and applications*. Christophe Roche, pesquisador do grupo, propõe revisão das Normas 1087-1 e 704 com princípios que poderiam levar a um novo paradigma, a saber, uma Terminologia cujo sistema conceitual é uma ontologia formal. Na Ontoterminologia, se explicita a dupla inserção da Terminologia e da Ontologia.

O que rever na TGT? Não há ontologias sem terminologia (Sauberer, 2011), e isso significa rever o universo da TGT, mas seria uma revisão da lógica, “no sentido matemático do termo” e, da epistemologia, “no sentido da teoria do conhecimento” (Roche, 2008, p. 3). Princípios e métodos precisam ser estabelecidos. A abordagem extralinguística é o primeiro item da Terminologia, ela revela a conceituação do mundo. E isso requer reexame dos elementos constitutivos: o conceito, a definição, as relações (Gomes; Campos; Guimarães, 2010).

A padronização, sem espaço na Terminologia descritiva, é também recuperada (Roche, 2008), pois nos domínios científicos e técnicos as denominações devem ser unívocas e, segundo Frege, citado por Roche (2007, p.

3): “[...] são meios de expressão que permitem ao mesmo tempo, prevenir os erros de interpretação e impedir as falhas de raciocínio”. Também no bojo da revisão da TGT, Roche inclui conceito de ‘conceito’, tipificação de características, definição e relações (Roche, 2012a), ou seja, novos princípios provavelmente serão introduzidos nos estudos de terminologia e na Comissão 37 da ISO. Tais normas necessitam de maior rigor no estabelecimento de definições e relações entre conceitos e entre línguas. Para que as terminologias possam ser operacionalizadas, teorias devem ser desenvolvidas não apenas com princípios de conceituação que permitam apreender os objetos do mundo, mas que permitam certa objetividade – isto é, aceita e compartilhada por uma comunidade – na descrição e na manipulação dos fatos (Roche, 2007).

Roche (2012b) apresenta três Postulados para deixar claro qual abordagem adotada. Postulado 1: a Terminologia não é uma lexicografia de especialidade; postulado 2: a Terminologia não pode levar em conta somente a dimensão linguística; postulado 3: a Terminologia é uma disciplina científica que se baseia na conceituação formal do domínio – e aqui começa o trabalho terminológico, conforme a TGT; por fim, o Postulado 4 se assenta no problema da expressão dos conhecimentos de especialidade. Os documentos científicos e técnicos usam a língua de especialidade e esta não pode ser o suporte de uma conceituação formal. Esta tem necessidade de formalismos que lhe são próprios.

Em relação à definição, Roche (2008) sugere que mais que definir o objeto é preciso representá-lo para poder ser manipulado pelo computador. E as relações só podem ser identificadas após a definição, ou seja, após a ontologia,

no sentido da etimologia da palavra, ser construída (Roche, 2008). Neste sentido, para se trabalhar a construção de uma ontologia enquanto artefato computacional, as relações são identificadas nas definições que, por sua vez, estão presentes na ontologia, enquanto modelo conceitual, independente da máquina.

Seguindo a sugestão de Roche sobre as vantagens das ontologias, é que elas permitem ao terminólogo escolher o maior ou o menor nível de especificação na representação, quando necessário, organizando os elementos por meio de categorias contextualizadas/explicitadas nas definições (Durán-Muñoz; Bautista- Zambrana, 2013). No contexto da recuperação de informação, as autoras afirmam a independência do conceito sobre a linguagem – um dos objetos de crítica à TGT – o qual tem, nas ontologias, um único significado que precisa ser explicitado de forma detalhada (Durán-Muñoz; Bautista- Zambrana, 2013).

O segundo grupo de engenheiros terminólogos está na Alemanha. Na Universidade de Trier, engenheiros criaram, em 1986, a Sociedade para Estudos de Terminologia e Transferência de Conhecimento (GTW) e suas Conferências TKE a cada três anos, nas quais reúnem especialistas da Terminologia, da Ciência da Informação, da Ciência da Computação, com vistas a discutir métodos e ferramentas computacionais e integração de metodologias de terminologia e ontologias (Sauberer, 2011). Sua primeira tarefa foi apoiar pessoas interessadas no desenvolvimento de software para terminologia (Sandrini, 2000). De modo mais amplo, a Sociedade é voltada para gestão de unidades de conhecimento

conceituais em todos os tipos de aplicações, entendendo-se aqui conhecimento especializado. Conceito está no centro de todos os tipos de conhecimento: relações, fatos e declarações, representações (Picht, 1997 *apud* Sandrini, 2000).

Os dois grupos citados vêm atuando de modo harmônico para a revisão das normas da Comissão de Terminologia ISO TC 37.

PERDA DE DOMÍNIO E SEUS IMPACTOS

Terminologia é uma área de estudo e pesquisas com aplicação em ambiente científico-técnico, em especial, e as pesquisas estão concentradas nas universidades e laboratórios técnicos que atuam na indústria ou em atividades de aplicação tecnológica. Nesse sentido, as orientações da Organização Internacional de Normalização, por sua força como organismo regulador, são seguidas. Esses mesmos setores são responsáveis por propostas de ajustamento e/ou atualização. No âmbito das Normas de Terminologia, isso também ocorre.

Um novo problema vem ocorrendo em alguns países por questões muito específicas, não relacionadas a ciência e tecnologia, mas de natureza cultural: trata-se de um fenômeno conhecido como perda de domínio, termo que surgiu na imprensa e que significa “Perda da capacidade/habilidade de se comunicar numa língua em todos os níveis de uma língua de especialidade pela deficiência de maior desenvolvimento dos recursos da língua de especialidade.” (Laurén; Myking; Pich, 2006). A

reação ao fenômeno são ações do Estado voltadas ao planejamento da língua.

O fenômeno é provocado pela presença de grandes corporações multinacionais (globalização), algumas com milhões de empregados como, por exemplo, a *Walmart*, que impactam especialmente em países de baixo nível populacional. A onipresença das corporações multinacionais resulta na adoção de termos estrangeiros por muitos países. Em alguns casos, a língua materna vai perdendo recursos, levando a que os governos atuem não só no sentido de preservar aspectos culturais, como também dialetos e mesmo idiomas, naqueles países que convivem com mais de uma língua oficial.

A este fenômeno se associa um outro: o planejamento da língua. Trata-se de um tema relevante, alvo de estudos e pesquisas dos linguistas com impacto na terminologia. O fato de lidar com várias línguas pode explicar a presença de mais de um ponto de vista teórico e abordagens práticas, o que inclui não apenas discussões sobre o conceito, mas também sobre o aspecto comunicativo (Pilke; Toft, 2006).

Perda de domínio tem sido objeto de estudos na Catalunha, no Canadá, nos países nórdicos, e na República Centro Africana. No Canadá, “quando os Quebequenses decidiram retomar coletivamente seu destino linguístico, encontraram-se diante de uma dupla concorrência entre o que se tornou o francês no Quebec e o francês europeu, principalmente da França” (Corbeil, 2007, p. 93). As universidades canadenses introduzem a Linguística em seus cursos e os primeiros linguistas assumem o desafio. Em 1961, foi criado o *Office de la Langue Française* (OLF)

com o objetivo de zelar pela correção e enriquecimento da língua falada e escrita. Uma reação política leva à decisão governamental de tornar a língua francesa principal ou oficial do Québec na gestão do Estado, no comércio, nas exposições, nas empresas (Corbeil, 2007). Uma série de leis é então produzida para alcançar o objetivo inicial. A OLF busca tirar proveito das experiências europeias, tendo recebido representantes dos principais organismos e instituições atuando na lexicografia e na terminologia.

Representantes do INFOTERM estão presentes. A metodologia adotada abandona o tratamento inicial pontual (palavras isoladas), e parte para a terminologia sistemática tendo sido publicado, em 1973, o *Guide de travail en terminologie*, coordenado por J.-C. Corbeil. Uma segunda edição, em 1978, contém a experiência adquirida e as discussões teóricas intitulada *Méthodologie de la recherche terminologique* (P. Auger; L.-J. Rousseau), prevalecendo a abordagem linguística. Os terminólogos difundem, então, tal metodologia nas organizações em que atuam.

A difusão se dá também na Catalunha, Espanha, que envia ao OLF, um responsável pela política linguística, o qual seria incumbido de preparar um projeto de legislação linguística catalã. Mais tarde, a pesquisadora Maria Tereza Cabré adota a metodologia, adaptando-a às necessidades da língua catalã e, através dela, a metodologia se expande pela América Latina.

Corbeil (2007) registra outros países que se beneficiaram da experiência do Québec, como Tunísia, Ruanda, Senegal, Mali, Guiné e Burkina Faso. Na República Centrafricana, Marcel Diki-Kidiri, filólogo, especialista,

lidera o estudo de línguas africanas em desenvolvimento, com volumosa bibliografia sobre tradução e planejamento da língua, entre outras questões associadas, desenvolve a Terminologia Cultural (ver Seção 3.4).

Os países nórdicos – região que reúne Dinamarca, Noruega, Suécia, Finlândia e Islândia – seguem em geral a TGT, graças à liderança de Heribert Picht, introdutor e divulgador da obra de Wüster. Deve-se a ele a formação de pesquisadores e a organização de inúmeros encontros entre grupos de pesquisa que se desenvolveram nas universidades daquela região. Embora não haja total unanimidade em relação aos princípios da TGT, não existem discrepâncias.

Nas últimas décadas do século passado criou-se o grupo de pesquisa Línguas nórdicas e as línguas da ciência para estudar, entre outros temas, o fenômeno, o planejamento da língua e a organização dos conceitos “em um sistema coerente” (Pilke; Toft, 2006). O projeto foi além do estudo da perda dos domínios. O que se observava de um lado, era o abandono da língua nos meios universitários com a prevalência da língua inglesa nas publicações e, de outro, a presença das disciplinas em inglês para atrair estudantes estrangeiros levando a uma “perda inconsciente do domínio do latim, do alemão e do francês” (Pilke; Toft, 2006). Isso ia de encontro às intenções de órgãos de planejamento da língua. As autoras apontam dois contextos no desenvolvimento da língua: a conquista e a reconquista. No primeiro caso, o grupo de pesquisas percebeu a necessidade de desenvolver todos os recursos para a comunicação em domínios que tinham diferentes *status* na comunidade linguística, “por motivo sociocultural

ou econômico” (Pilke; Toft, 2006). A reconquista ocorreu quando os estudos revelaram que, em determinado momento, a comunidade linguageira deixou de desenvolver os recursos da língua. Então, tomou-se consciência da importância fundamental de se comunicar na língua nativa. Tais situações tornam cruciais o planejamento da língua. No bojo daquele projeto, verificou-se a necessidade de incluir o desenvolvimento de sistemas de conceitos. Como resultado, foi estabelecida uma base conceitual para o planejamento da terminologia. Na Islândia, foram criadas terminologias para áreas como pesca, navegação, filosofia e matemática.

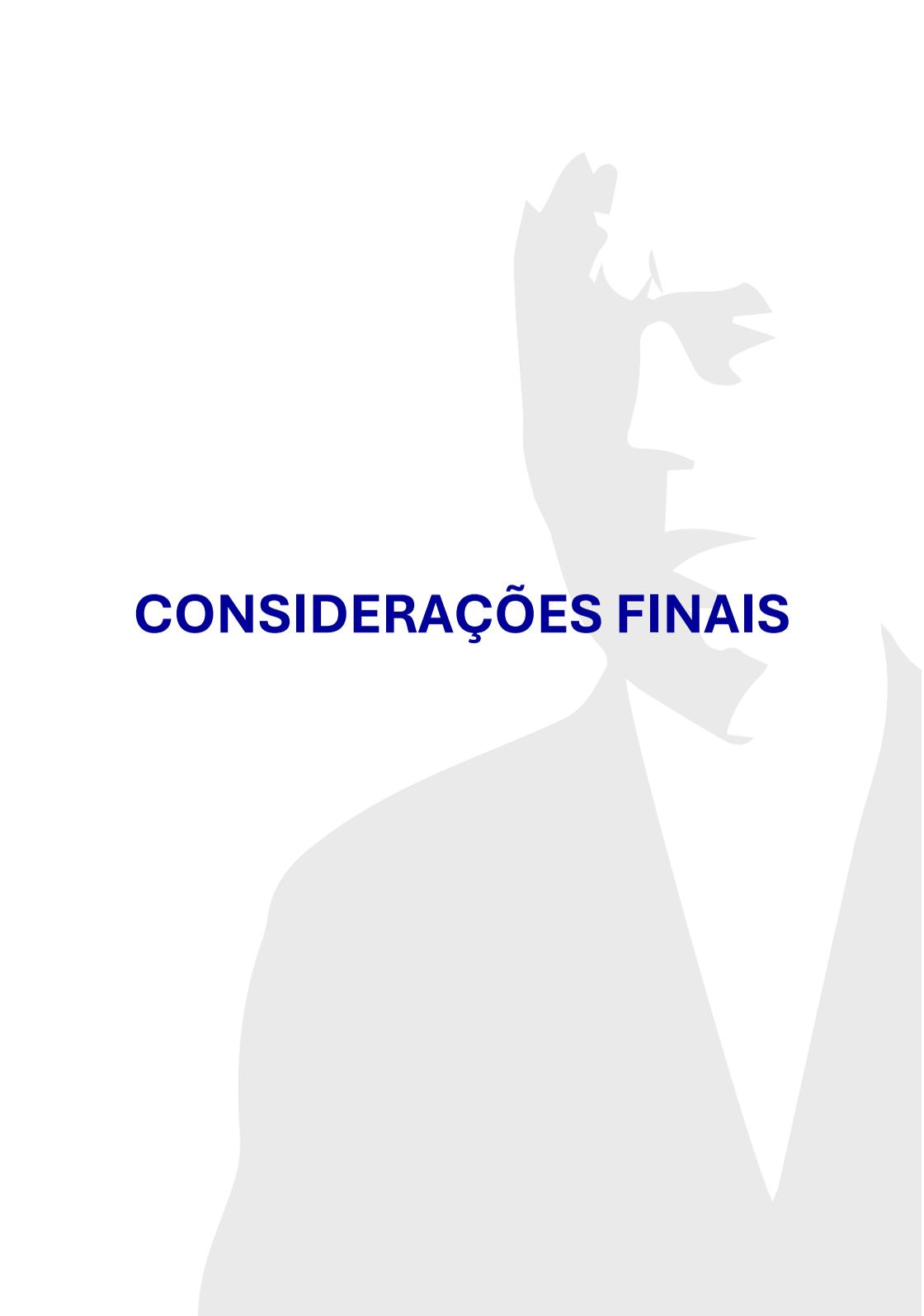
O fenômeno da perda de domínio e sua recuperação é mais amplo, pode até ser visto como global, em certas circunstâncias, com pesquisas análogas na Nigéria.

Na Suécia, estudo recente (Pilke; Nissilä; Lundqvist, 2021) traça o retrato da atuação do Estado desde a década de 1940. Historicamente, os técnicos que atuavam na terminologia tiveram influência da TGT, e as atividades se concentravam nas áreas técnicas, da administração e da normalização. A presença oficial do Governo se deu com a criação, em 2018, do Conselho da Língua – em substituição ao Centro Sueco para Terminologia Técnica, não governamental – para coordenar e apoiar os esforços nas áreas técnicas e da cultura.

A Finlândia, com duas línguas oficiais (sueco e finlandês), torna-se um ambiente propício para pesquisas de terminologia, de planejamento da língua, além da questão da globalização, que é geral. Nesse ambiente, Nissilä (2006, 2007) desenvolve uma pesquisa empírica no âmbito da contabilidade financeira oficial analisando o

formulário de entrada de dados dos governos da Finlândia e da Suécia, nas respectivas línguas. O estudo demonstra um uso diferenciado da terminologia, inclusive com a finalidade de tratamento de metadados.

Nos países bálticos o fenômeno também se verificou, como na Ucrânia e em outros países do antigo bloco soviético. O modelo de desenvolvimento de sistemas de conceitos provou-se uma ferramenta necessária para o planejamento tanto do ponto de vista sincrônico como diacrônico, tanto das atividades práticas como para análise puramente teórica (Laurén; Myking; Pich, 2006).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já registrado, Wüster percebeu a relação ainda não devidamente apreciada entre a Terminologia, a Classificação e a Ciência da Informação.

Normalização é outro aspecto relevante para os profissionais da informação, presente nos instrumentos de controle do vocabulário. Rejeitada por linguistas, a norma prescritiva é aceita por quem atua na atividade informacional organizando textos, objetos, inclusive objetos digitais, o que não significa ignorar as variantes linguísticas, para as quais os profissionais de informação utilizam dispositivos desenvolvidos há mais de um século. Por outro lado, não se pode ignorar que, na atividade dos profissionais da informação, a terminologia ocorre na construção de instrumentos especializados em alguma área do conhecimento. Wüster não pretendeu, com certeza, uma orientação para a língua geral, mas apenas criou princípios para terminologia de uma área especializada do conhecimento.

Percebe-se que falta uma exposição mais completa do pensamento de Wüster, bem como dos avanços que, a partir dele, foram possíveis. Mesmo que alguns dos princípios da TGT possam ter sido substituídos por outros, isso não tira de Wüster o título de Fundador da Terminologia. Para compreender a TGT não se pode perder de vista que seu objetivo era a produção de dicionários especializados sistemáticos. Como profissionais de Ciência da Informação não podemos deixar de considerar os aspectos comuns entre a Terminologia e a Teoria da Classificação que muito contribuíram para os desenvolvimentos iniciais de tesouros conceituais, aspectos tão presentes nas taxonomias atualmente.

O estudo da TGT e de seus desdobramentos, neste livro, foi feito na perspectiva de sua aplicabilidade nas áreas da Ciência da Informação e da Organização do Conhecimento. Outras leituras seriam possíveis, mas é nesta perspectiva que se conduziu a análise das várias propostas teóricas bem como seus resultados.

Os elementos da análise – o conceito, a definição, a formação de classes, a abordagem onomasiológica – são a base da comparação entre as várias teorias de terminologia em confronto com os princípios já desenvolvidos na Biblioteconomia/Ciência da Informação aqui sintetizados.

- Na TGT, o termo tem a função de denominação. A discussão mais extensa na TGT se dá na formação do termo e nos signos/símbolos para nomear objetos não textuais: sonoros, visuais, entre outros. Como elemento de uma terminologia, não despertou maior interesse. Entre os linguistas, o termo é uma unidade léxica. Quando os pesquisadores de língua portuguesa se referem ao conceito – o que é raro –, adotam “*concept*”, mas seu objeto é o termo como unidade léxica;

- Na TGT, o método de abordagem é onomasiológica: parte do objeto e suas propriedades para chegar ao conceito. Nas teorias de base linguística a abordagem é semasiológica: parte-se da forma verbal para chegar ao significado;

- Na TGT, os conceitos se relacionam entre si, formando uma estrutura, um sistema. Nas teorias linguísticas, o ponto de partida é a unidade léxica ou o sintagma;

- Na TGT, a definição tem a função de explicitar as características de um conceito. Nas teorias linguísticas, a definição é uma descrição do significado de um termo;

- Na TGT, o termo tem univocidade relativa, é independente do domínio, ou seja, o termo denota, carrega o significado único em um dado campo do conhecimento. Nas teorias linguísticas, são o contexto e a frase que conferem significado à palavra;

- Na TGT, a normalização se justifica como meio de garantir significado uniforme – e, de preferência uma forma também internacionalmente percebida – entre os pesquisadores seja no plano interno como estrangeiro. Os linguistas não a aceitam absolutamente. No entanto, é relevante para os profissionais da informação, sob a forma de controle do vocabulário. Embora combatido por linguistas, a norma prescritiva é aceita por quem atua na atividade informacional para representar assuntos, objetos, inclusive objetos digitais com fins de recuperação da informação, o que não significa ignorar as variantes linguísticas, para as quais os profissionais de informação utilizam recursos linguísticos há mais de um século. Por outro lado, não se pode ignorar que, na atividade dos profissionais da informação, a terminologia ocorre na construção de instrumentos especializados em alguma área do conhecimento; então, também nesse ambiente, a univocidade é relativa;

- A relação entre conceitos é provavelmente uma contribuição original da TGT. Até então, cientistas consideraram apenas as relações genéricas e partitivas. Desde então, relações entre conceitos, como as funcionais e de causalidade, para citar apenas algumas de natureza

ôntica, têm sido objeto de estudo, seja nas ontologias, seja em abordagens linguísticas;

- A TGT estuda os termos presentes na ciência ou técnica. A Linguística inclui, eventualmente, a sincronia além da diacronia.

O Quadro 1, a seguir, reúne os elementos mais característicos da TGT com as teorias descritivas aqui abordadas:

Quadro 1 – Elementos característico das Teorias de Terminologia

Aspecto	TGT	Teorias descritivas
Objeto de estudo	Conceito/Termo	Termo
Ponto de partida da análise	Onomasiológico	Semasiológico/Onomasiológico
Ordenação	Sistemática	Alfabética
Caracterização do objeto de estudo	Por definição real	Por descrição
Perspectiva temporal	Sincronia	Diacronia/Sincronia
Uso do termo	Prescrito	Livre

Fonte: As autoras, 2024.

A dicotomia apresentada no Quadro 1, entre os termos expostos, deve ser entendida por seu propósito didático, por não explorar todas as possibilidades. Como é possível observar, a TGT poderia, então, ser adotada pelos profissionais de informação. No entanto, um item básico, essencial na atividade de informação, está ausente na

literatura da TGT e dos linguistas, limitando o seu uso: a Categoria.

Provavelmente, estudo de domínio não é imprescindível para engenheiros que têm outros propósitos: trabalhar com classes de objetos pode ser suficiente. Na organização/representação do conhecimento, pelo contrário, o domínio está presente em algum dispositivo e deve ser empregado para permitir a visualização da semelhança e da diferença entre os elementos. Categorias permitem visualizar o domínio, perceber a semelhança e a diferença entre os elementos desse domínio, estruturá-los, construir o sistema. Tradicionalmente, categorias aristotélicas são utilizadas com esse objetivo, mas pode haver outras que permitam alcançar o mesmo resultado.

Como o conhecimento é dinâmico, como nos diz Ranganathan (1967), nossa escrita se concentrou em apresentar os pontos que, nos últimos anos, têm nos impulsionado a travar diálogos com diversos colegas e que consideramos importantes evidenciar. Mas, como o tempo e o próprio conhecimento não nos pertencem, essa dinâmica permitirá que novos saberes e visões possam ser agregados, fazendo com que a espiral esteja sempre em movimento contínuo.

E, finalizando, citamos Morin, em uma entrevista apresentada em seu livro com Le Moigne “A inteligência da Complexidade”:

Acredito que o dinamismo do conhecimento científico sustenta um primeiro motor, o da curiosidade inesgotável, inesgotável porque

um conhecimento, uma descoberta, a resolução de um enigma fazem surgir novos enigmas, novos mistérios. A aventura do conhecimento é *non stop*, porque, quanto mais se sabe, menos se sabe. Não são coisas subtrativas. Quanto mais sábio, mais ignorante. Essa aprendizagem da ignorância é positiva, já que nos tornamos conscientes da ignorância de que éramos inconscientes. Portanto, existe um dinamismo que está no seu próprio movimento. O conhecimento do tipo científico jamais encontrará um limite (Morin; Le Moigne, 2000, p. 76).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. M. de B. A problemática epistemológica em terminologia: relação entre conceitos. **Alfa**: revista de Linguística, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 223-233, 1998.

ANDRADE, M. M. de. Lexicologia, terminologia: definições, finalidades, conceitos operacionais. *In*: OLIVEIRA, A. M. P. de; ISQUIERDO, A. N.; ALVES, I. M. **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia, v. 1. Campo Grande, MS: UFMS, 1998. p. 189-197.

ANTUNES, M. Metodologia do trabalho terminológico: o caso da terminologia do cinema em português europeu. **Debate terminológico**, Porto Alegre, n. 2, 2006.

ARNTZ, R.; PICHT, H. **Introducción a la terminología**. Madrid: Pirámide, 1995, 384 p.

BLANCHON, Élisabeth. Point de vue sur la définition. **Meta**, Montreal, v. 42, n. 1, p.168-173, 1997.

BUDIN, G. A. Critical evaluation of the state-of-the-art of terminology theory. **Terminology Science & Research**, v. 12, n. 1-2, 2001.

BÜHLER, H. The scientific legacy of Eugen Wüster. *In*: NEDOBITY, W. (ed.). **Terminology for the eighties**. With a special section: 10 years of Infoterm. München: Saur, 1982. p. 96-116. (Infoterm Series, 7).

CABRÉ, M. T. Apresentação. *In*: CABRÉ, M. T. (dir.) **Terminologia: Selecció de textos d'E. Wüster**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1996. p. 5.

CABRÉ, M. T. La Teoría Comunicativa de laterminología: una aproximación lingüística a los términos. **Revue française de linguistique appliquée**, v. XIX, n. 2, 2009, p. 9-15.

CABRÉ, M. T. *et al.* (ed.). **Textos de terminólogos de la Escuela Rusa**. Barcelona: IULA, 2001.

CABRÉ, M. T. Apresentação. *In*: WÜSTER, E. **Introducción a la Teoria General de la Terminologia y la Lexicografia Terminológica**. Tradução: Anne-Cécile Nokerman. Barcelona: IULA, 1998.

CAMPENHOUDT, M. van. Que nous reste-t-il d'Eugen Wüster? **Eugen Wüster et laterminologie de l'École de Vienne**, Université de Paris 7, 2006.

CAMPO, A. **The reception of Eugen Wüster's work and the development of Terminology**. 2012. Tese (Ph.D. en traduction option terminologie) – Faculté des arts et des sciences, Université de Montréal, Montréal, 2012.

CAMPOS, M. L. A; GOMES. H.E.G. Taxonomia e classificação: o princípio da categorização. **DataGramZero**, v. 9. n. 4, artigo 01, 2008.

CAMPOS, M.L.A. **Linguagem documentária**. Niterói: EdUFF, 2001.

CORBEIL, J-C. Le rôle de la terminologie en aménagement linguistique: genèse et description de l'approche québécoise, **Langages**, Montreal, v. 168, n. 4, p. 92-105, 2007.

DAHLBERG, I. A referent-oriented, analytical concept theory of Interconcept. **International Classification**, v. 5, n. 3, p. 122-151, 1978.

DAHLBERG, I. Terminological definitions: characteristics and demands. *In*: Problèmes de ladéfinition et de la synonymie en terminologie. COLLOQUE INTERNATIONAL DE TERMINOLOGIE, 1982, Université Laval, Québec. **Actes [...]** Québec: GIRSTERM, 1983, p. 13-34.

DEPECKER, L.; ROCHE, C. Entre idée et concept: vers l'ontologie. **Langages**, Paris, n. 168, p. 106-114, 2007.

DIKI-KIDIRI, M. Questions de méthode en terminologie en langues africaines. **Revue française de linguistique appliquée**, v. 3, n. 2, 1998, p. 15-28.

DIKI-KIDIRI, M. La terminologie culturelle: points de repère. *In*: TOURNEUX, H. (dir.) **Langues, cultures et développement en Afrique**. Paris, Karthala, 2008. p. 117-134.

DURÁN-MUÑOZ, I.; BAUTISTA-ZAMBRANA, M. R. Applying ontologies to terminology: advantages and disadvantages. **HERMES - Journal of Language and Communication in Business**, Danish, v. 26, n. 51, p. 65-77, 2013.

FAULSTICH, E. A Socioterminologia na comunicação científica e técnica. **Ciência e cultura**, São Paulo, v. 58, n. 2, abr/jun, 2006.

FELBER, H. **Terminology manual**. Paris: Unesco; Infoterm, 1984.

FELBER, H. Comments on the paper 'Rapports entre la définition logique e la délimitation des concepts, presented by Mr. E. Natanson. *In*: Problèmes de ladéfinition et de la synonymie en

terminologie. COLLOQUE INTERNATIONAL DE TERMINOLOGIE, 1982, Université Laval, Québec. **Actes [...]** Québec: GIRSTERM, 1983. p. 67-73.

FELBER, H. Prefácio. *In*: CABRÉ, M. T. *et al.* (ed.). **Textos de terminólogos de la Escuela Rusa**. Barcelona: IULA, 2001. p. 15-17.

FELBER, H. En memòria de Wüster. *In*: CABRÉ, M. T. **Terminologia**: selecció de textos d'E. Wüster. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1996. p. 17-29.

FINATTO, M. J. B. **Definição terminológica**: questões de partida. Tese (Doutorado em estudos da Linguagem) - Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

FINATTO, M. J. B. A definição terminológica do dicionário TERMISUL: expressões linguísticas de relações conceptuais complexas. *In*: OLIVEIRA, A. M. P. de; ISQUIERDO, A. N.; ALVES, I. M. **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia, v. 1. Campo Grande, MS: UFMS, 1998. p. 209-221.

FRANCELIN, M. M.; KOBASHI, N. Y. Concepções sobre o conceito na organização da informação e do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 40, n. 2, p. 207-228, 2011.

GALINSKI, C. Terminology and copyright. **TermNet News**, Wien, n.52/53, 1996, p.7-14.

GALINSKI, C; BUDIN, G. Introducción. *In*: WÜSTER, E. **Introducción a la teoría general de la terminología y la lexicografía terminológica**. Barcelona, IULA, 1998.

GAUDIN, F. Terminologie: l'ombre du concept. **Meta**, Montreal, v.41, n. 4, 1996, p. 604-621.

GAUDIN, F. La Socioterminologie. **Langages**, Paris, v.157, n. 1, 2005, p. 80-92.

- GIL SEOANE, A. Terminología en un centro de documentación especializado. **Informatio**, Montevideo, v. 11/13, p. 81-91, 2008.
- GOBBO, F. Pianificare il lessico scientifico internazionale: Peano e Wüster a confronto. *In*: ROERO, C. S. **Giuseppe Peano and his School between Mathematics, Logic and Interlingua**. Torino: Deputazione Alpina di Storia Patria, 2010. p. 563-574.
- GOMES, H. E.; CAMPOS, M. L. A; GUIMARÃES, L. dos S. Organização da informação e Terminologia: a abordagem onomasiológica. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 5, 2010.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO Recommendation R 704**: naming principles. Switzerland: ISO, 1968.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 1087-1**: Terminology work - Vocabulary. Part 1: theory and application. Genève: ISO, 2000.
- KAGEURA, K. Terminological semantics: an examination of ‘concept’ and ‘meaning’ in the study of terms. **International Forum on information and documentation**, v. 20, n. 4, p.-31, 1995.
- KERREMANS, K.; TEMMERMAN, R.; DE BAER, P. Construing domain knowledge via terminological understanding. **Linguística Antverpiensia New Series–Themes in Translation Studies** v. 7, 2008. p. 177-191.
- KLEIN, G. O.; SMITH, B. Concept system and ontologies: recommendations for basic terminology. **Transactions of the Japanese Society for Artificial Intelligence**, v. 25, n. 3, 2010, p. 433-441.
- L’HOMME, M-C; SAN MARTÍN, A. Définition terminologique: systématisation de règles de rédaction dans les domaines de l’informatique et de l’environnement. **Cahiers de lexicologie**, v. 109, n. 2, 2016, p. 147-174.

LAURÉN, C.; MYKING, J.; PITCH, H. Domain dynamics: reflections on language and terminology planning. *In: Workshop on Terminology Policies*, 2006, Antwerpen.

LOTTE, D. S. Influencia de la clasificación en la precisión terminológica. *In: CABRÉ, M. T. et al. (ed.). Textos de terminólogos de la Escuela Rusa*. Barcelona: IULA, 2001a. p. 127-130.

LOTTE, D. S. Condiciones para la precisión y la claridad de la terminología. *In: CABRÉ, M. T. et al. (ed.). Textos de terminólogos de la Escuela Rusa*. Barcelona: IULA, 2001b. p. 131-150.

LUCENA, J. M. de. **Uma palmeira em muitos termos**: a terminologia da cultura agroextrativista, industrial e comercial do coco babaçu. 2008. 178f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2008.

MORIN, E., LE MOIGNE, J-L. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

MYKING, J. Against prescriptivism? The ‘socio-critical’ challenge to Terminology. **Journal of the International Institute for Terminology Research - IITF Journal**, Bergen, v. 12, n.1-2, p. 49-64, 2001.

NISSILÄ, N. Concept systems in the balance sheet. *In: PICT, H. (ed.). Modern approaches to terminological theories and applications*. Bern: Peter Lang, 2006. p. 287-300.

NISSILÄ, N. Studying concepts for business economics with terminological methods. **Journal of the International Institute for Terminology Research - IITF Journal**, Bergen, v. 18, 2007, p. 14-22.

NUOPPONEN, A. Wüster revisited: on causal concept relationship and causal concept systems. *In: BREKKE; ANDERSEN; DAHL; MYKING (ed.). Applications and implications of Current LSP research. In:*

EUROPEAN SYMPOSIUM ON LSP, 9., 1994. **Proceedings [...]** Bergen: Fagbokforlaget, 1994. v. II, p. 532-539.

NUOPPONEN, A. Methods of concept analysis. Parte 3 of 3. **LSP Journal**, Denmark, v. 2, n. 1, 2011.

OLIVEIRA, L. P. Terminologia e cognição: a denominação de termos técnico científicos. *In*: SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 1., 2008. **Anais [...]** São Paulo: USP, 2008.

PACKEISER, K. **The General Theory of Terminology**: a literature review and a critical discussion. 2009. Thesis (International Business Communication) - Institut for Internationale Sprogstudierog Vidensteknologi, Copenhagen Business School. Copenhagen, 2009.

PICHT, H. Foreword of the Proceedings of the Colloquium “Comparison on the theoretical foundations of Terminology in Eastern Europe and the Western countries. **Journal of the International Institute for Terminology Research - IITF Journal**, Bergen, v. 14, p. 59-60, 2003.

PICHT, H. Terminology yesterday, today and tomorrow. **Journal of the International Institute for Terminology Research - IITF Journal**, Bergen, v. 18, p. 5-13, 2007.

PICHT, H. The Object is a unity of knowledge. **Synaps**, Bergen, Norwegian, v. 21, p. 91-97, 2008.

PICHT, H. The seven pillars of terminology. **Terminologija**, Lituânia, n. 16, p. 8-22, 2009.

PICHT, H. The science of terminology: history and evolution. **Terminologija**, Lituânia, n. 18, p. 6-26, 2011.

PICHT, H. Concepts as reflection of societal changes. **Terminologija**, Lituânia, n. 20, 2013, p.10-23.

PILKE, N.; NISSILA, N.; LANDQVIST, H. Organising terminology work in Sweden from the 1940s onwards: participatory expert roles in networks. **Terminology International Journal of Theoretical and Applied Issues in Specialized Communication**, v. 27, n. 1, 2021.

PILKE, N.; TOFT, B. The Theoretical foundation of the Nordic approach to Terminology. *In*: PICHT, H. (ed.). **Modern approaches to terminological theories and applications**. Bern: Peter Lang, 2006. p. 35-53.

PROTOPODESCU, D. Theories of terminology – past and present. **Studii și cercetări de onomastică și lexicologie (SCOL)**, Craiova, România, v. 6, n. 1-2, 2013.

RAIMUNDO, E. M.; CERVANTES, B. M. N.; PEREIRA, L. M. R. Análise terminológica: termos e contextos. *In*: SELISIGNO, 5.; SIMPÓSIO DE LEITURA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 6., 2006, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2006.

RANGANATHAN, S. R. **Prolegomena to Library classification**. 3. ed. New York: Asia Publishing House, 1967.

RASTIER, F. Le terme: entre ontologie et linguistique. **La banque des mots**, France, n. 7, p. 35-65, 1995. (Numéro spécial, 7-1995. Terminologie et Intelligence Artificielle).

REY, A. **La terminologie**: noms et notions. Paris: Presses Universitaires de France, 1979.

ROCHE, C. Faut-il revisiter les Principes terminologiques?. *In*: Terminologie et Ontologie: méthodes et applications. CONFÉRENCE TERMINOLOGIE & ONTOLOGIE: THÉORIES ET APPLICATIONS - TOTH, 2008, Annecy. **[Actes...]**. France: Institut Porphyre, 2008, p. 53-72.

ROCHE, C. *et al.* Ontoterminology: A new paradigm for terminology. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON KNOWLEDGE ENGINEERING AND

ONTOLOGY DEVELOPMENT, 2009, Madeira, Portugal.

[Proceedings...]. Portugal: INSTICC Press, 2009. p. 321-326.

ROCHE, C. Ontoterminology: how to unify terminology and ontology into a single paradigm. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON LANGUAGE RESOURCES AND EVALUATION, 2012, 8, Istanbul.

[Proceedings...]. European Language Resources Association: Paris, 2012. p. 2626-2630.

ROCHE, C. Should Terminology principles be re-examined? *In*: CEA, A. de. *et al.* (ed.). TERMINOLOGY OF KNOWLEDGE ENGINEERING CONFERENCE (TKE), 2012a, 10., Madrid. **[Proceedings...]**. Madrid: Universidad Politecnica De Madrid, 2012. p. 17-32.

ROCHE, C. Ontologie: entre terminologie et connaissance de spécialité. *In*: GROUPE DE LINGUISTIQUE APPLIQUÉE DES TÉLÉCOMMUNICATIONS - GLAT, 2012b, Genova, Italie. **[Atti...]** Italie: Università Degli Studi di Genova, 2012. p. 1-10. Titre du Colloque: Terminologies: textes, discours et accès aux savoirs spécialisés. Aula Meridiana Facoltà di Giurisprudenza de l'Università di Genova, May 2012, Genova, Italie.

ROCHE, C. Le terme et le concept: fondements d'une ontoterminologie. *In*: CONFÉRENCE TERMINOLOGIE & ONTOLOGIE: THÉORIES ET APPLICATIONS -TOTH, 2007, Annecy. **[Actes...]**. France: Institut Porphyre, 2007, p. 1-22.

RONDEAU, G.; FELBER, H. (org.). **Textes Choisis de Terminologie**. Québec: GIRSTERM, 1981.

ROSCH, E. Principles of Categorization. *In*: **Cognition and categorization**. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 1978, p. 27-48.

SANDRINI, P. Joint activities at the interfaces between Terminology and Knowledge Engineering. *In*: CONFERENCE FOR A TERMINOLOGY INFRASTRUCTURE IN EUROPA, 2000. **[Proceedings...]**. Paris: Maison de l'Unesco, 2000.

SAUBERER, G. There is no knowledge without terminology. **Systemics, Cybernetics and Informatics**, Vienna, v. 9, n. 2, p. 56-60, 2011.

SEPPÄLÄ, S. *et. al.* Definitions in Ontologies. **Cahiers de Lexicologie**, Paris, v. 2, n. 109, p. 173-205, 2016.

SHELOV, S. D. On generic definitions of terms: an attempt of a linguistic approach to term definition analysis. **Journal of the International Institute for Terminology Research - IITF Journal**, Bergen, v. 14, p. 52-58, 2003.

SMITH, Barry. New Desiderata for Biomedical Terminologies. In: MUNN, Katherine; SMITH, Barry (Ed.). **Applied ontology: an introduction**. Frankfurt: Ontos Verlag, 2008. p. 83-109.

SMITH, B.; CEUSTERS, W.; TEMMERMAN, R. Wüsteria. **Studies in Health Technology and Informatics**, v. 116, p. 647-652, 2005.

TEMMERMAN, R. Why traditional terminology theory impedes a realistic description of categories and terms in the life sciences. **Terminology**, v. 5, n. 1, p. 77-92, 1998.

TEMMERMAN, R. Approaches to terminology. Now that the dust has settled... **Synaps**, Bergen, Norwegian, v. 20, p. 27-36, 2007.

TEMMERMAN, R. A realist theory of terminology: the sociocognitive. **Terminologies nouvelles**, [s. l.], v. 21, p. 58-64, 2000.

TEMMERMAN, R. Interview with Rita Temmerman. [Entrevista cedida a] Júlia de Sousa. In: TERMINOLOGY Coordination Unit of the European Parliament. **Why is terminology your passion?: the second collection of interviews with prominent terminologists**. Luxembourg: European Union, 2015.

TEMMERMAN, R.; KERREMANS, K. Termontography: Ontology Building and the Sociocognitive Approach to Terminology Description. In: HAJICOVÁ, E; KOTESOVCOVÁ, A.; MÍROVSKÝ, J. (ed.). INTERNACIONAL

CONGRESS OF LINGUISTS, 17., 2003, Prague. **[Proceedings...]**. Prague: Center for Computational Linguistics MFF UK, 2003. p. 1-10.

TOFT, B. Systems of concepts at a crossroads? **Journal of the International Institute for Terminology Research - IITF Journal**, Bergen, v. 13, n. 1-2, p. 77-92, 2002.

WÜSTER, E. L'Étude scientifique générale de laterminologie, zone frontalière entre la linguistique, la logique, l'ontologie, l'informatique et les sciences des choses. *In*: RONDEAU, G. ; FELBER, H. (org.). **Textes Choisis de Terminologie**. Québec: GIRSTERM, 1981, p. 55-114.

WÜSTER, E. La denominació del món representada gràficament i terminològicament [1959/60]. *In*: CABRÉ, M. T. **Terminologia**: Selecció de textos d'E. Wüster. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1996a. p. 33-68.

WÜSTER, E. Les quatre dimensions del treball terminològic [1969]. *In*: CABRÉ, M. T. **Terminologia**: Selecció de textos d'E. Wüster. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1996b. p. 69-106.

WÜSTER, E. Classificacions de conceptes i temes: diferències en la seva essència i en la seva aplicació [1971]. *In*: CABRÉ, M. T. **Terminologia**: Selecció de textos d'E. Wüster. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1996c. p. 113-151.

WÜSTER, E. La inversió d'una relació conceptual i la seva representació nel diccionaris [1974]. *In*: CABRÉ, M. T. **Terminologia**: Selecció de textos d'E. Wüster. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1996d.

WÜSTER, E. **Introducción a la Teoría General de la Terminología y la Lexicografía Terminológica**. Tradução: Anne-Cécile Nokerman. Barcelona: IULA, 1998.

SOBRE AS AUTORAS

Hagar Espanha Gomes

Possui graduação em Curso de Biblioteconomia pela Fundação Biblioteca Nacional (1955) e mestrado em Mestrado Em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (1972). É Livre Docente em Bibliografia pela UFF (1976). Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Organização do Conhecimento, atuando principalmente nos seguintes temas: indexação, linguagem documentária, tesouro, terminologia e taxonomia, áreas em que atua como Consultora.

Maria Luiza de Almeida Campos

Graduada em Biblioteconomia e Documentação. Doutora em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro em Informação Científica e Tecnológica - IBICT/UF RJ. No ano de 2008 obteve Pós-Doutorado no Laboratório de Biologia Molecular de Tripanosamatídeos e Flebotomídeos do Instituto Oswaldo Cruz FIOCRUZ na área de Ontologias genômicas, e no ano de 2014 obteve seu segundo Pós-doutorado na USP no Programa de Pós-Doutorado do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da USP na área de Teorias de Representação/Ontologia de Fundamentação. Líder do grupo de pesquisa EOOI Estudos Ônticos e Ontológicos em Contextos Informacionais. Atuou entre os anos de 1991 a 2018 como docente no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, e até 2022 como docente permanente no PPGCI/UFF. Desde 2020 atua como docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, obtendo entre os anos de 2020 e 2022 uma bolsa como professor visitante nesta mesma Instituição. Possui atividades de ensino e pesquisa na área de Organização e Recuperação da Informação, com especialidades nas seguintes temáticas: Teorias de Representação,

Modelagem de Domínio, Construção de Tesouros e Taxonomias; Teoria da Classificação; Terminologia; Ontologia e Gestão de Conteúdos. Vem atuando em diversas Instituições como consultora em atividades de elaboração de linguagens documentárias, taxonomias e de política de indexação.

Linair Maria Campos

Possui graduação em Informática, mestrado em Informática pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004) e Doutorado em Ciência da Informação pelo convênio UFF/IBICT. Professora associada do departamento de Ciência da Informação e do PPGCI da Universidade Federal Fluminense. Analista de TI aposentada da UFRJ, tem experiência de mais de 20 anos na área de Ciência da Computação. Tem interesse nos seguintes temas: ontologias, objetos de fronteira, tecnologias web, web semântica, dados interligados abertos, modelagem conceitual, modelagem ontológica, classificação facetada. Vem atuando em diversas Instituições como consultora em atividades de elaboração de linguagens documentárias.

Tatiana de Almeida

Professora Adjunta da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), no Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia (PPGB) e no Departamento de Biblioteconomia (DEPB). Doutora em Ciência da Informação pelo convênio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT/UFRJ) em 2019. Mestre em Ciência da Informação pelo convênio IBICT/UFRJ em 2011. Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense em 2007. Atua nas áreas de Organização do Conhecimento e Representação Temática, com ênfase em Classificação, Indexação e elaboração de Linguagens Documentárias.

Sempre me questioneei se a Teoria Geral da Terminologia de Wüster era desconsiderada no Brasil por ausência de conhecimento ou por ausência de bibliografia que o esclarecesse. Essa obra eliminará uma lacuna bibliográfica e poderá minimizar o desconhecimento da Teoria Geral da Terminologia proposta por Wüster – teoria de intensa relevância para o desenvolvimento de Sistemas de Organização do Conhecimento, como tesauros, taxonomias, ontologias, entre outros. Outra questão relevante sobre esta publicação é que as autoras não se baseiam apenas na obra de Wüster, mas trazem também para debate a visão de terminólogos contemporâneos sobre o seu legado, mostrando a atualidade da temática e sua repercussão no contexto internacional.

Dr.^a Luana Farias Sales

